



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

**AE
44**

ARTIGO ESTRATÉGICO 44

DEZEMBRO 2019



MULHERES BRASILEIRAS EM MISSÕES DE PAZ:

a coragem em dados e relatos

Eduarda Hamann, Renata Giannini e Pérola Abreu Pereira

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA	3
3. MULHERES EM MISSÕES DE PAZ	4
4. MULHERES BRASILEIRAS EM MISSÕES DE PAZ.....	8
4.1. UM TRIBUTO ÀS PIONEIRAS	13
4.2 AS MILITARES BRASILEIRAS.....	17
4.3. AS POLICIAIS BRASILEIRAS.....	19
4.4 AS CIVIS BRASILEIRAS.....	22
5. DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS EM MISSÕES DE PAZ	26
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	30
REFERÊNCIAS	33
GLOSSÁRIO.....	35

MULHERES BRASILEIRAS EM MISSÕES DE PAZ:

a coragem em dados e relatos

Eduarda Hamann, Renata Giannini e Pérola Abreu Pereira

1. INTRODUÇÃO

Em 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) adotou a sua primeira resolução (Res. 1325) sobre o que se convencionou chamar “Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança” (“Agenda MPS”). Após duas décadas, e depois de outras nove resoluções do mesmo órgão sobre o tema, a Agenda MPS está bem consolidada enquanto norma internacional, mas ainda encontra desafios para ser implementada tanto pela Organização das Nações Unidas (ONU), como pelos Estados-membros.

No âmbito das missões de paz da ONU, uma das iniciativas para implementar a Agenda MPS tem sido a criação de metas de participação de mulheres entre os componentes militares e policiais. A primeira delas foi definida pelo Secretariado em setembro de 2017: alcançar 15%, até o final daquele ano, de mulheres entre os militares desdobrados em missão individual (observadores militares e oficiais de Estado-Maior) e, até 2020, alcançar 20% de mulheres entre policiais (total).

Em 2018, o desafio rumo à equidade de gênero foi reafirmado pelo atual Secretário-Geral, que lançou uma Estratégia para a Paridade de Gênero de Pessoal Uniformizado. A nova política definiu metas objetivas e realistas para 2018, 2019 e 2028, com diferenças para militares e policiais, diferenciando também se servem em missão individual ou como parte de tropa¹. No caso das civis, a meta do Secretário-Geral para todo o Sistema ONU (não-uniformizado) é de alcançar paridade de gênero até 2028².

Ainda que o percentual de mulheres uniformizadas em missões de paz venha crescendo muito pouco (aproximadamente 1% desde 2015), o Secretário-Geral destacou alguns avanços em um discurso recente sobre mulheres em missões de paz³: desde 2017, 27

1 Ver as determinações da Res. 2242 do CSNU, de 13 de outubro de 2015: www.un.org/press/en/2015/sc12076.doc.htm.

2 Em meados de 2017, o Secretário-Geral lançou a System-wide Strategy on Gender Parity, com o objetivo de fomentar a elaboração de estratégias que levem à paridade de gênero em todo o Sistema ONU até 2028. As civis estão incluídas nessa estratégia, mas a pesquisa não identificou metas específicas até o momento.

3 Ver o discurso do Secretário-Geral no Conselho de Segurança da ONU em abril de 2019: www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2019-04-11/secretary-generals-remarks-security-council-women-peacekeeping-delivered.

países que nunca tinham desdobrado mulheres passaram a fazê-lo; e 48 países desdobram mais de 15% de mulheres em missão individual (*experts on mission e staff officers*). Além disso, a representação feminina entre policiais cresceu mais de 3%, assim como também aumentou o número de mulheres em cargos de comando ou chefia, tanto militares quanto policiais, em lugares como Chipre, Darfur, Sudão e Sudão do Sul.

O Brasil está aquém do cumprimento das metas do Secretário-Geral. Segundo o Departamento de Operações de Paz da ONU (DPO, ex-DPKO), em setembro de 2019, havia 61 militares brasileiros em missão individual, sendo cinco mulheres, ou 8%. Os dados desagregados demonstram que 22 são *experts on mission*, sendo três mulheres (14%) e 39 são *staff officers*, sendo duas mulheres (5%). Para alcançar a meta de 2019 (16%), em um total de 61 brasileiros, seria preciso enviar mais 5 mulheres em missão individual, ou o dobro do que se tem hoje.

Quanto aos policiais, ainda de acordo com o DPO, em setembro de 2019, havia oito brasileiros desdobrados em missão individual, sendo três mulheres (37,5%). Nessa categoria, embora os dados do Brasil sejam muito baixos, o país ultrapassou a meta do Secretário-Geral para 2019, que é de 21%.

Para contribuir para esse debate em 2020, ano do 20º aniversário da primeira resolução do CSNU, e a fim de suprir algumas importantes lacunas, o Instituto Igarapé realizou, ao longo de 2019, uma pesquisa inédita sobre a participação de mulheres brasileiras em missões de paz, cujos resultados estão compilados neste artigo. Merecem destaque as seguintes informações:

- Entre 1992 e 2019, 338 mulheres brasileiras (militares, policiais e civis) participaram de missões de paz da ONU, o que equivale a 0,7% de um universo de mais de 48.163 brasileiros;
- Foram 261 militares, 25 policiais e pelo menos 52 civis do sexo feminino, sendo 44 *UN Volunteers* e pelo menos oito civis que integraram a equipe do Secretariado;
- Juntas, elas participaram de pelo menos 25 missões de paz da ONU entre 1992 e 2019, sendo que 12 missões receberam militares e/ou policiais brasileiras (como MINUSTAH, UNMIT e UNMISS), três missões receberam só policiais brasileiras (UNAVEM II, MINUGUA e UNMIK) e dez missões só receberam civis brasileiras (como MONUSCO, MINUSMA e MINUJUSTH)⁴;
- Através de entrevistas e questionários, a pesquisa obteve detalhes das histórias de cerca de 70 brasileiras com experiência em missões de paz; e
- Foram encontrados pelo menos sete desafios que geram impactos na participação e na representatividade das mulheres brasileiras em missões de paz: (1) dificuldades metodológicas na produção e armazenamento de dados sobre o assunto; (2) expectativa social sobre o papel da mulher; (3) quantidade de mulheres nas Forças Armadas e Forças Auxiliares brasileiras; (4) participação em níveis hierárquicos mais altos; (5) comunicação das vagas e dos processos seletivos; (6) condições no terreno, com riscos e sacrifícios inerentes às mulheres; e (7) preparo/treinamento antes do desdobramento.

4 Ver o “Glossário”, no fim do artigo, para os nomes de cada missão por extenso.

O artigo está dividido em seis seções substantivas, além das referências e de um glossário com os nomes por extenso das siglas mais usadas. As duas primeiras seções, esta inclusive, apresentam uma breve introdução ao assunto e compartilham ressalvas metodológicas indispensáveis à definição do escopo da pesquisa. A seção 3 traz dados oficiais sobre a participação de mulheres em missões de paz, e deixa evidente que, apesar dos avanços, ainda é baixa a sua representatividade. A quarta seção,

a mais importante do artigo, compartilha dados inéditos sobre mulheres brasileiras em missões de paz, tanto os registros históricos (desde 1992) como os mais recentes. Faz-se um tributo às pioneiras, seguido de análises separadas para militares, policiais e civis brasileiras. A seção 5 apresenta alguns dos principais desafios à participação das mulheres brasileiras e é seguida pela seção 6, derradeira, que conclui o artigo com considerações finais e recomendações.

2. METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada entre janeiro e setembro de 2019, com o objetivo de levantar dados quantitativos e qualitativos a respeito dos três componentes de uma missão de paz multidimensional: militares, policiais e civis. Foram feitas consultas a diversas autoridades federais a respeito dos dados quantitativos, com destaque a órgãos do Ministério das Relações Exteriores (Divisão de Nações Unidas II, em Brasília, e Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York), do Ministério da Defesa (Subchefia de Operações de Paz - SC4) e do Exército Brasileiro (Comando de Operações Terrestres - COTER). Ademais, diplomatas e oficiais da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira também foram consultados para complementar as informações e dirimir dúvidas.

Para os dados qualitativos, duas metodologias foram utilizadas. Primeiro, três questionários foram elaborados no *Google*

Form especificamente para essa pesquisa (um para militares, um para policiais e um para civis), com o objetivo de alcançar diretamente as veteranas. Ao todo, foram obtidas 30 respostas, sendo 17 militares, cinco policiais e oito civis⁵. A pesquisa obteve dados qualitativos que vieram por reforçar e enriquecer sobremaneira as análises. Em segundo lugar, nos últimos cinco anos, as pesquisadoras realizaram entrevistas com cerca de 40 veteranas de missões de paz, o que também contribuiu para a análise atual com detalhes sobre diversos assuntos.

Ao longo da pesquisa, foram encontrados vários desafios que serão detalhados em seção específica. Os mais relevantes de natureza metodológica levam a três ressalvas. Primeiro, no que se refere à definição do objeto de estudo, embora não haja dúvidas quanto aos conceitos “mulher”, “militar” e “policial”, foi necessário definir “civil” e

⁵ Os questionários têm cerca de 30 perguntas cada, sendo que os 2/3 iniciais são anônimos e de caráter obrigatório. A seção final tem perguntas subjetivas e foram opcionais. Foi solicitado que cada veterana preenchesse apenas um questionário, para evitar erros por duplicidade na análise dos resultados.

“missões de paz”. Para a presente pesquisa, a categoria “missões de paz” inclui operações de manutenção da paz e missões políticas especiais, enquanto que a categoria “civil” inclui profissionais com contrato assinado com o Secretariado da ONU que tenham sido desdobrados em missões de paz, assim como profissionais que trabalharam como Voluntários da ONU em missões de paz (em outras palavras, incluem funcionários temporários e de carreira, assim como incluem ex-militares e ex-policiais que firmam contrato como civil com o Secretariado).

Segundo, os dados referentes à participação de uniformizadas brasileiras em missões de paz estão fragmentados em diferentes órgãos do governo federal - não há uma única base sobre o assunto. Além disso, as bases oficiais estão incompletas. Isso levou a um grande esforço para integrar e consolidar o material disponível a fim de superar eventuais incertezas. O mesmo acontece no nível da ONU: a única base existente, disponibilizada pelo Departamento de Operações de Paz (DPO), elenca dados mês a mês a partir de novembro de 1990 mas somente começa a desagregar por sexo em 2005 para policiais

e em 2009 para militares⁶. Ou seja, a única base da ONU também está incompleta. Isso se deve à ausência de política interna da ONU que exigisse tais dados, mas também à dificuldade de se obter dados desagregados por sexo nos próprios países contribuintes de tropas e policiais, que são a fonte original das informações da ONU.

A terceira e última dificuldade de precisão metodológica decorre da forma como são contabilizados os dados de militares e de policiais, tanto pelo governo brasileiro como pela ONU. Foi disponibilizada para a pesquisa uma contagem de *peacekeepers* que não inclui nome e função, mas tão-somente o número de mulheres por missão e por ano, o que acarreta dificuldade de se entender o papel desempenhado no terreno e se participaram de mais de uma missão. Com isso, não se sabe o tamanho exato do grupo de *peacekeepers* brasileiras. Futuras pesquisas poderiam indicar se esse também é o caso de outros governos, mas tem-se por hipótese de que seja um problema metodológico para todos os envolvidos.

3. MULHERES EM MISSÕES DE PAZ

A intenção original para a presente seção era a de apresentar dados sobre todas as mulheres em missões de paz, independente de sua categoria (militares, policiais e civis). No entanto, não foi possível obter detalhes sobre a participação das civis, de maneira que a seção ficará restrita às mulheres uniformizadas e os dados sobre as civis serão buscados novamente em outra fase da pesquisa.

Não se pôde identificar quem foi a primeira mulher uniformizada a trabalhar em uma missão de paz da ONU, independente da nacionalidade. A base do DPO, em vigor desde novembro de 1990, só passou a divulgar dados desagregados por sexo em 2005 para militares e em 2009 para policiais⁷, o que não significa que não tenham havido mulheres em missões de paz antes disso. Sabe-se, por exemplo, que as pioneiras de

6 Ver notas de rodapé 2 e 3 de ONU/DPKO/OMA (s/d).

7 Ver notas de rodapé 2 e 3 de ONU/DPKO/OMA (s/d).

nacionalidade brasileira foram desdobradas em 1992 em uma missão de paz em Angola (UNAVEM II). Assim, o fato de isso não estar nos registros do DPO evidencia mais uma dificuldade metodológica para quem trabalha com o assunto.

Embora haja mulheres militares e policiais em missões de paz antes de 2009, esse é um ano simbólico para a ONU porque foi quando os dados sobre os *peacekeepers* passaram a estar desagregados por sexo. Portanto, o ano

de 2009 foi escolhido, sempre que possível, como marco inicial do recorte temporal para os dados da pesquisa.

Em 2009, havia 95.418 profissionais uniformizados (militares e policiais) servindo nas missões de paz da ONU. Desses, 2.929 eram mulheres, o que equivale a 3,07%. Entre os mais de 83 mil militares, havia apenas 2.042 mulheres (2,45%) e, entre os 12.212 policiais, havia 887 mulheres (7,26%).

Tabela 1: Militares e policiais da ONU, por posto e sexo (2009)

Categoria	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
Observador militar, oficial de ligação e assessor militar	2.214	85	3,7%	2.299
Tropa e Oficial de Estado-maior	78.951	1.956	2,42%	80.907
SUBTOTAL 1 - MILITARES	81.165	2.041	2,45%	83.206
UNPOL e FPU	11.325	887	7,26%	12.212
SUBTOTAL 2 - POLICIAIS	11.325	887	7,26%	12.212
TOTAL GERAL	92.490	2.928	3,07%	95.418

Nota: nos dados da ONU da época (2009), observadores militares e oficiais de Estado-maior eram tratados juntos.
Fonte: ONU/DPKO s/d.

Desde 2009, os dados de mulheres em missões de paz não pararam de aumentar. Mas foi uma recente iniciativa do Secretariado da ONU, rumo à equidade de gênero no âmbito das missões de paz, que contribuiu de maneira significativa para o efetivo avanço da agenda. A nova política definiu metas para militares e policiais de maneira alinhada com as determinações da Res. 2242 do

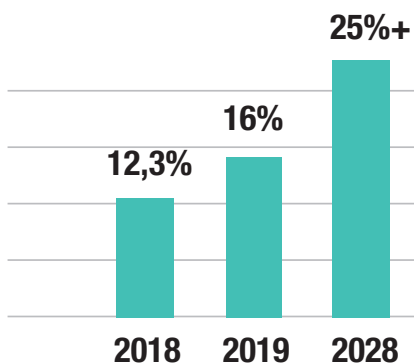
CSNU (de 13/10/2015). Foram estabelecidas metas objetivas e realistas para 2018, 2019 e 2028, com diferenças para militares e policiais e diferenciando também se servem em missão individual ou como parte de tropa. O infográfico a seguir, divulgado pelo Secretariado, resume as metas em vigor.

Gráfico 1: Metas do Secretariado da ONU para mulheres uniformizadas em missões de paz (jan 2019)

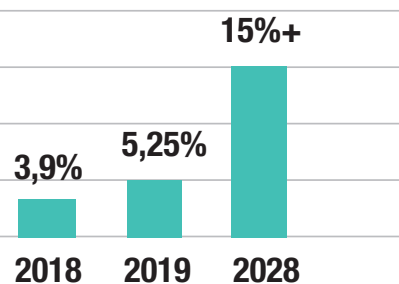
MILITARES



Mulheres como observadoras militares e oficiais de Estado-Maior



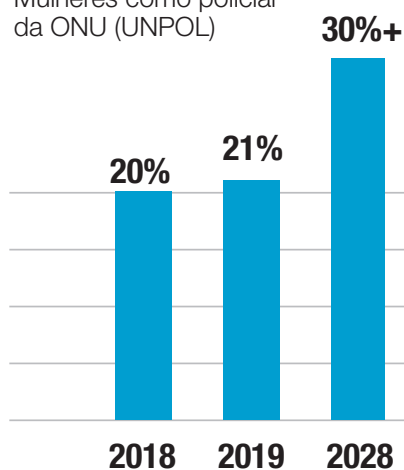
Mulheres como integrantes de tropa militar



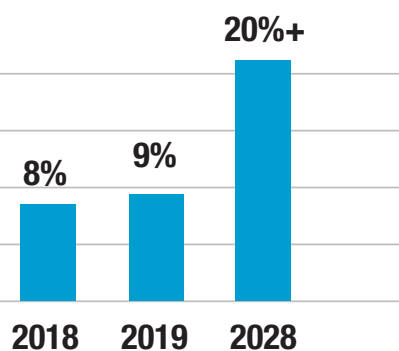
POLICIAIS



Mulheres como policial da ONU (UNPOL)



Mulheres como integrantes de tropa policial (FPU)



Fonte: ONU/DPO (2018).

Já em 2019, dez anos depois dos primeiros dados desagregados por sexo, há 85.674 profissionais uniformizados trabalhando nas 14 operações de manutenção da paz da ONU. Destes, 76.321 são militares (72.938 tropas, 1.296 observadores militares e 2.087 oficiais de Estado-maior) e 9.353 são policiais (2.497 UNPOL e 6.856 *force police units*)⁹. Há também 14.266 civis (8.393 civis internacionais, 4.539 civis locais e 1.334 Voluntários da ONU), totalizando 99.940 *peacekeepers*¹⁰.

Entre os mais de 85 mil profissionais uniformizados estão 5.207 mulheres, ou 6,1% do total. Ao desagregar entre militares e policiais, tem-se que, entre os 76.321 militares, 3.787 são mulheres (5%) e, entre os 9.353 policiais, 1.420 são mulheres (15,2%). Tal representação relativa (porcentagem) será retomada adiante, quando da discussão dos dados sobre as militares e policiais brasileiras que trabalham nas missões de paz. A tabela a seguir desagrega ainda mais esses dados, revelando a divisão por sexo entre os diferentes postos.

Tabela 2: Militares e policiais da ONU, por posto e sexo (30 set 2019)

Categoria	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
Observador militar	1082	214	16,5%	1296
Oficial de Estado-maior	1783	304	14,6%	2087
Tropas	69.669	3.269	4,5%	72.938
SUBTOTAL 1 - MILITARES	72.534	3.787	5%	76.321
UN Police (UNPOL)	1.827	670	26,8%	2.497
Formed Police Units	6.106	750	11%	6.856
SUBTOTAL 2 - POLICIAIS	7.933	1.420	15,2%	9.353
TOTAL GERAL	80.467	5.207	6,1%	85.674

Fontes: ONU/DPO (2019b) e (2019c).

Os dados revelam que o maior desafio pela inclusão das mulheres está no âmbito das tropas - tanto militares como policiais. Isso reflete a ausência de mulheres nesse tipo de composição militar e policial nos âmbitos dos principais países contribuintes.

Quando se compara os dados da Tabela 1 com os da Tabela 2, uma década mais tarde, verifica-se que o número total de *peacekeepers* uniformizados caiu de 95.419 para 85.674, representando uma queda de 10,22%. E, no entanto, o número total de

mulheres cresceu de maneira significativa tanto em termos absolutos (de 2.929 para 5.207, com um aumento de 77,8%), como em termos relativos (de 3,07% para 6,1%, com um aumento de 98,7%). Ainda assim, as mulheres militares e policiais hoje representam um número muito baixo do total de *peacekeepers* uniformizados em missões de paz.

Por fim, quando se compara os dados Tabela 2 (de 2019) com as metas do infográfico da ONU, verifica-se que as duas metas referentes a policiais para 2019 já foram alcançadas.

8 ONU/DPO (2019a). Os dados sobre militares e policiais são os mais recentes possíveis e refletem a situação em 30 de setembro de 2019, e os dados de civis são de 31 de maio de 2018.

9 Idem.

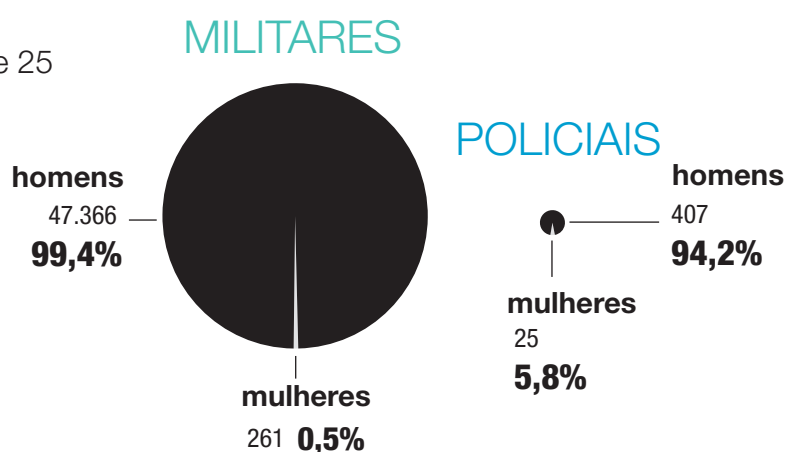
4. MULHERES BRASILEIRAS EM MISSÕES DE PAZ

A participação do Brasil em missões da ONU remonta a 1947, quando da primeira vez em que os Estados-membros enviaram seus nacionais ao terreno sob o guarda-chuva da ONU. Mas outro marco temporal importante para a pesquisa é o ano de 1992, quando houve o desdobramento das primeiras brasileiras. Com efeito, entre 1947 e 1992, ou seja, durante 45 anos de participação do Brasil em missões de paz, não houve nenhuma mulher entre os brasileiros. Isso se deve a leis domésticas não-inclusivas e à consequente estrutura institucional das Forças Armadas e de algumas corporações policiais, que não permitiam às mulheres o ingresso ou o acesso a todas as áreas da carreira.¹⁰

De 1992 a 2019, entre os 48.163 brasileiros (militares, policiais e civis) que serviram em missões de paz, houve apenas 338 mulheres (0,7%) - dessas, 286 mulheres eram uniformizadas, ou seja, a imensa maioria (84,6%). Olhando-se apenas para as 286 uniformizadas, foram 261 militares (91%) e 25 policiais (9%)¹¹.

Entre 2003 e 2018, ou seja, em outro recorte temporal, os dados do Ministério da Defesa demonstram que as 278 uniformizadas brasileiras registradas no período participaram de um total de doze missões de paz, enviadas a nove localidades: Côte d'Ivoire (UNOCI), Guiné Bissau (UNIOGBIS), Haiti (MINUSTAH), Líbano (UNIFIL), Libéria (UNMIL), República Centro-Africana (MINUSCA), Saara Ocidental (MINURSO), Sudão (UNISFA e UNAMID), Sudão do Sul (UNMISS) e Timor-Leste (UNMISSET e UNMIT). A tabela abaixo traz esse e outros dados acerca da participação dessas 278 mulheres, inclusive com relação ao total de brasileiros de cada missão.

Gráfico 2: Militares e policiais brasileiros que serviram em missões de paz da ONU, por categoria e sexo (1992-2019)



Fontes: Ministério da Defesa (2019) e Exército Brasileiro (2018).
Idealização: Instituto Igarapé.

10 Giannini (2009a), Giannini (2009b), Giannini (2014); Giannini, Folly e Lima (2016).

11 Os dados do EB contabilizam 25 policiais militares do sexo feminino em missões de paz da ONU no período analisado. Ao se deparar com os nomes das veteranas, a pesquisa identificou uma lacuna ao se deparar com a ausência, nos registros oficiais, de uma coronel da Polícia Militar do Mato Grosso que serviu na ONUMOZ (Moçambique) quando era segundo tenente, entre maio e dezembro de 1994. Assim como ela, é possível que haja outras lacunas nos dados oficiais considerados pela pesquisa.

Tabela 3: Missões de paz com participação de uniformizadas brasileiras (2003-2018)

País / localidade	Missão de paz	Total de uniformizadas brasileiras em cada missão	Importância relativa da missão para o grupo de uniformizadas brasileiras	Total de brasileiros uniformizados em cada missão*	% de mulheres brasileiras frente ao total de brasileiros de cada missão
Haiti	MINUSTAH	239	86%	37.378	0,64%
Timor-Leste	UNMIT	9	3,2%	72	12,5%
Sudão do Sul	UNMISS	8	2,9%	94	8,5%
Líbano	UNIFIL	5	1,8%	3.666	0,14%
Côte d'Ivoire	UNOCI	4	1,4%	98	4,1%
Libéria	UNMIL	4	1,4%	39	10,3%
Guiné Bissau	UNIOGBIS	2	0,7%	20	10%
Sudão (Darfur)	UNAMID	2	0,7%	6	33,3%
Saara Ocidental	MINURSO	2	0,7%	104	1,9%
Sudão (Abyei)	UNISFA	1	0,4%	20	5%
República Centro-Africana	MINUSCA	1	0,4%	35	2,86%
Timor-Leste	UNMISET	1	0,4%	502	0,2%
TOTAL		278	100%	42.034	0,66%

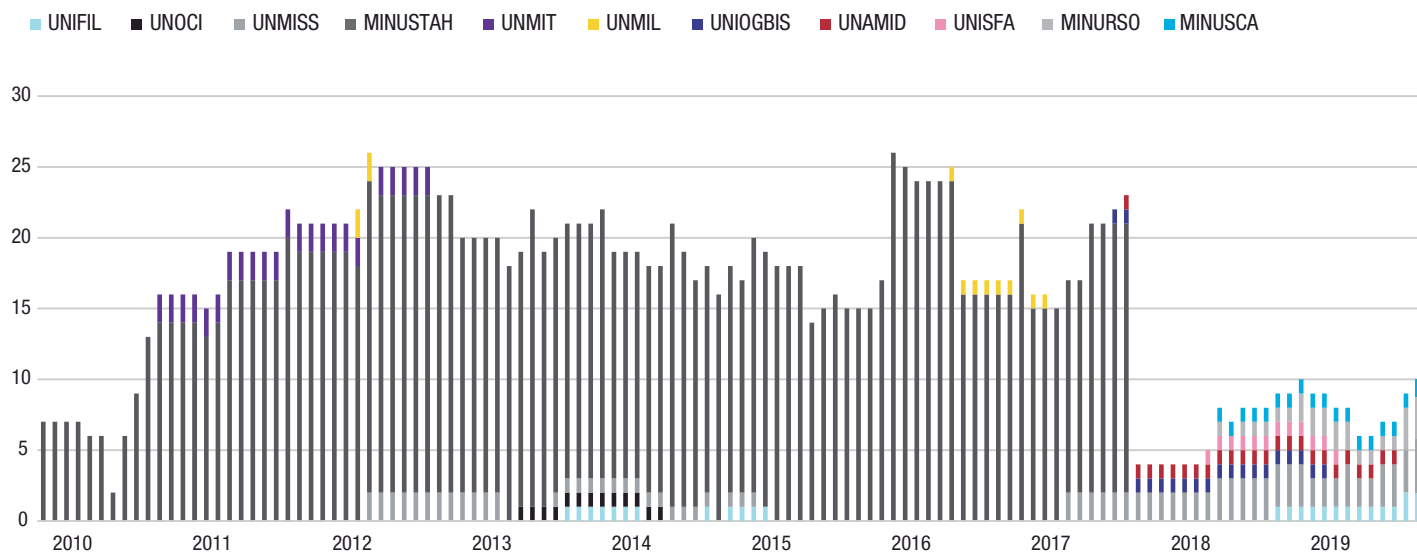
* O total de brasileiros em cada missão vai até setembro de 2018 e foi estimado por oficiais do Ministério da Defesa.

Fonte: Ministério da Defesa (2019).

Os dados acima são do Ministério da Defesa. No caso dos dados da ONU, como mencionado, foi apenas em novembro de 2009 que o DPO passou a registrar a participação de brasileiras em missões de paz. Entre 2009 e setembro de 2019, ou seja, em outro recorte temporal, o Brasil enviou mulheres militares e/ou policiais para 11

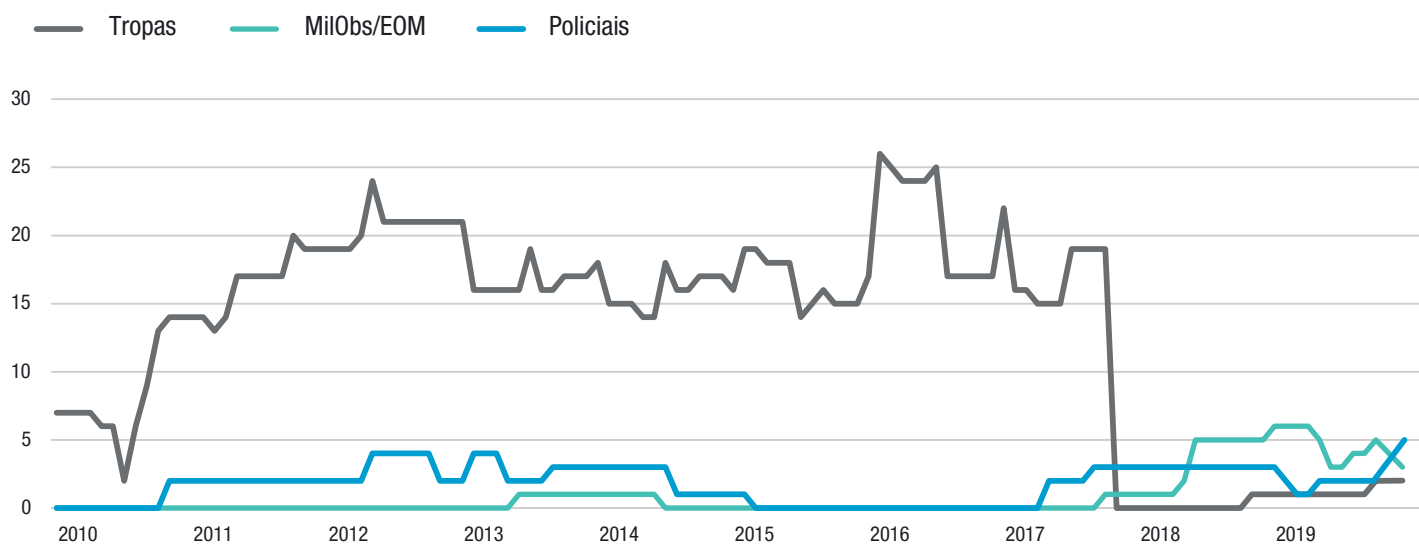
missões de paz: MINUSTAH (militar e policial), UNIFIL (só militar), UNOCI (só militar), UNMISS (militar e policial), UNMIT (só policial), UNMIL (só militar), UNIOGBIS (só policial), UNAMID (só militar), UNISFA (só militar), MINURSO (só militar) e MINUSCA (só militar). Os gráficos a seguir evidenciam a evolução, na última década, da participação das uniformizadas brasileiras nas missões de paz da ONU.

Gráfico 3 - *Peacekeepers* uniformizadas brasileiras, por missão (2009-2019)



Fonte: ONU/DPO (relatórios mensais de 2008 a 2019)

Gráfico 4 - *Peacekeepers* uniformizadas brasileiras, por natureza da função (2009-2019)



Fonte: ONU/DPO (relatórios mensais de 2008 a 2019).

Quando analisados juntos, e quando contabilizado o número absoluto de uniformizadas brasileiras mês a mês, os gráficos deixam clara a existência de pelo menos três fases no período analisado. A primeira fase se dá entre 2010 e 2013; a segunda fase compreende 2013 a 2017; e a terceira fase (atual) tem início em meados de 2017 e se desenrola até o presente.

Na primeira fase, verifica-se uma forte ascensão do número de mulheres no imediato pós-terremoto no Haiti, quando, em fevereiro de 2010, o Brasil passa a desdobrar um segundo batalhão na MINUSTAH, com mais mulheres integrando a tropa.

Na segunda fase, entre janeiro de 2013 e agosto de 2017, os números de uniformizadas brasileiras mantêm-se relativamente estáveis, com uma média de 19 mulheres desdobradas por mês. Identifica-se um ápice de 26 uniformizadas brasileiras no terreno entre dezembro de 2015 e maio de 2016, o que pode ser decorrente de um momento de rodízio nas múltiplas missões em que atuaram - algo a ser explorado em futura pesquisa.

Na fase mais recente, de agosto de 2017 aos dias atuais, verifica-se uma queda brusca na participação de uniformizadas brasileiras quando tem início o processo de desmobilização das tropas brasileiras da MINUSTAH (o desdobramento começa em agosto mas a missão foi formalmente encerrada em outubro de 2017). Desde então, identificou-se o retorno das policiais para missões de paz, após dois anos sem participação, paralela a uma tímida linha ascendente por parte das militares em missões individuais, ou seja, que trabalham como observadoras militares, assessoras e/ou oficiais de Estado-Maior. Em 2009, marco inicial do período analisado, não havia mulheres brasileiras nessas funções; dez anos depois, há cinco militares e duas policiais. Isso exige um esforço grande de conscientização, de identificação de voluntárias e de preparo adequado, a fim de que cada vez mais

mulheres recebam informações sobre as vagas e estejam aptas a participar do processo seletivo que culmina com o desdobramento.

No que se refere à natureza das funções, na última década, a maioria das uniformizadas brasileiras fez parte de tropa. Além da participação na tropa do Exército na MINUSTAH, que contabiliza o recorde de mulheres brasileiras em uma única missão de paz, registra-se também uma pequena mas notável presença feminina na tropa da Marinha na UNIFIL em dois momentos: entre 2013 e 2014 (uma militar, por seis meses, em cada ano) e também entre agosto de 2018 e o presente.

A quantidade de missões com representação de uniformizadas brasileiras aumentou de maneira significativa no período analisado. Em 2009, marco inicial, havia uniformizadas brasileiras em apenas uma missão, a MINUSTAH. Já em 2019, há brasileiras em cinco missões: UNIFIL, UNMISS, MINURSO, MINUSCA e UNIOGBIS. Hoje, são dez as missões com participação do Brasil, entre as 14 missões da ONU ativas.

Ainda sobre a quantidade de missões de paz com uniformizadas brasileiras, há dois momentos dignos de nota no período analisado. O primeiro foi registrado entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, quando Brasil desdobrou uniformizadas brasileiras em quatro missões: UNIFIL, UNOCI, UNMISS e MINUSTAH. Esse recorde foi superado recentemente, já no período pós-MINUSTAH, quando, entre setembro de 2018 e janeiro de 2019, o número de missões da ONU com mulheres brasileiras chegou a sete (das nove em que havia brasileiros, em um total de 14 missões ativas): UNIFIL, UNMISS, UNIOGBIS, UNAMID, UNISFA, MINURSO e MINUSCA. Apesar de os números absolutos serem baixos, o alcance dessa diversificação é bastante significativo.

No que se refere especificamente à participação das policiais brasileiras, os dados revelam que, na última década, nunca houve o desdobramento de mais de quatro policiais ao mesmo tempo: o auge foi em 2012, quando havia duas policiais na UNMIT (entre setembro de 2010 e agosto de 2012) e duas na UNMISS (por três vezes: entre março de 2012 e fevereiro de 2013, entre março de 2017 e novembro de 2018, e entre março de 2019 e o presente). Tampouco houve desdobramento de mais de duas policiais em uma única missão: além das missões que acabaram de ser mencionadas, houve também duas policiais brasileiras, ao mesmo tempo, na MINUSTAH (entre dezembro de 2012 e maio de 2014).

No que tange à participação das civis brasileiras, os dados de outras fontes da ONU mostram que, entre 2008 e 2019, as civis do Secretariado e as UNV brasileiras participaram, juntas, de pelo menos 19 missões de paz. Em nove dessas missões houve também a presença de uniformizadas brasileiras (como MINUSTAH, UNIOGBIS, UNMIT e MINUSCA) e em dez missões não havia outras brasileiras (como MONUSCO, MINUJUSTH, UNMIN e MINUSMA)¹².

Assim, quando se contabiliza todas as missões de paz da ONU com participação de *peacekeepers* brasileiras (militares, policiais e civis), pode-se afirmar que elas serviram em pelo menos 25 missões diferentes entre 2003 e 2019, o que revela forte diversificação e grande alcance geopolítico da presença feminina brasileira¹³.

Há indícios de que a maioria das brasileiras tenha participado de apenas uma única missão de paz. Isso reforça o argumento de que está mesmo aumentando o número total. Na amostra obtida pelos questionários do Igarapé, cerca de 85% afirmam ter participado de apenas uma missão. Entre as que participaram de mais de uma missão estão as civis e as policiais.

Para finalizar esta subseção, merecem destaque os registros mais recentes sobre representação de uniformizadas brasileiras, de setembro de 2019, como se fosse uma “foto” do momento atual da participação do Brasil em missões de paz, com homens e mulheres uniformizados.

12 ONU/Secretariado (2018) e ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019).

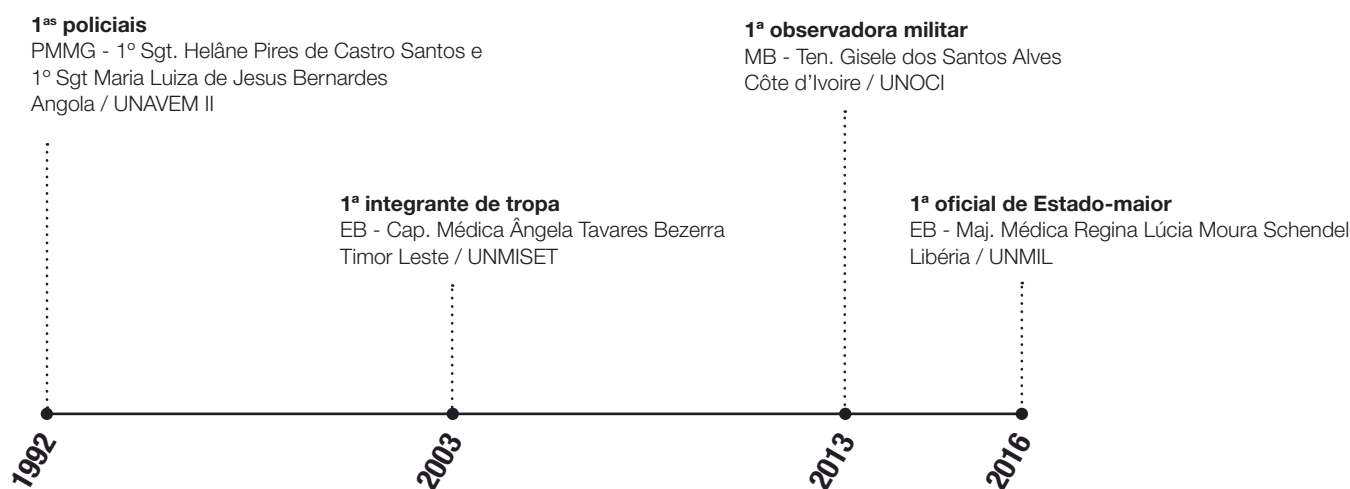
13 As bases existentes não têm necessariamente o mesmo recorte temporal - algumas começam em 2003, outras começam em 2008 ou 2009. Daí a importância de se afirmar que foram “pelo menos” 25 missões. É possível que haja outras não contabilizadas, a ser explorado em futura pesquisa.

Tabela 4: Militares e policiais brasileiros que atuam em missões de paz da ONU, por categoria e sexo (30 set 2019)

Categoria	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
Observadores militares e oficiais de Estado-maior	56	5	8,2%	61
Tropas	194	2	1%	196
SUBTOTAL 1 - MILITARES	250	7	2,7%	257
UNPOL	5	3	37,5%	8
SUBTOTAL 2 - POLICIAIS	5	3	37,5%	8
TOTAL GERAL	255	10	3,77%	265

Fonte: ONU/DPO (2019b).

4.1. UM TRIBUTO ÀS PIONEIRAS



Legenda: PMMG: Polícia Militar de Minas Gerais / EB: Exército Brasileiro / MB: Marinha do Brasil

Esta seção tem por objetivo prestar uma homenagem às primeiras *peacekeepers* brasileiras, por meio de um resgate de sua memória, das experiências e dos desafios por elas vividos em missões de paz da ONU. Essas mulheres se voluntariaram para trocar suas zonas de conforto e as rotinas conhecidas em suas unidades de origem por contextos instáveis e perigosos. A pesquisa buscou entender o que levou as primeiras *peacekeepers* brasileiras a se voluntariarem

para servir em países distantes, onde, na maioria das vezes, nenhuma outra brasileira havia estado. Houve o esforço de identificar e contatar todas as brasileiras que foram as pioneiras em cada categoria analisada (militares, policiais e civis). Também buscou-se entender os principais riscos e sacrifícios aos quais elas se submeteram, e em que medida o seu pioneirismo influenciou outras mulheres a seguirem caminhos parecidos.

De acordo com os registros oficiais, as primeiras *peacekeepers* uniformizadas brasileiras foram as então Sargentos Helâne Pires de Castro Santos e Maria Luiza de Jesus Bernardes, ambas da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), que foram para a Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II), entre agosto de 1992 e fevereiro de 1993¹⁴. Ambas se voluntariaram na primeira oportunidade em que a PMMG participaria de uma missão de paz e foram selecionadas graças a seus níveis de inglês e de aptidão física. O bom preparo e o desejo de se voluntariar não se traduziram, no entanto, em apoio por parte dos colegas e, principalmente, da chefia: “O comandante do meu batalhão foi o que menos incentivou a minha ida”, lembra Maria Luiza. Na missão, ela serviu por seis meses no interior de Angola, em Lubango, onde desempenhou a função de acompanhar, desarmada, os desdobramentos policiais locais.

É possível que, antes disso, alguma civil brasileira tenha trabalhado em missões de paz. Por passarem por processos independentes para se candidatarem a vagas em missões de paz, as civis são mais difíceis de se rastrear, e não há, junto aos órgãos do governo federal brasileiro, registros da participação de nenhum civil brasileiro - nem homens. Na base de dados da ONU, por questões de tipo de contrato e de arquivamento de sistemas de dados antigos, tampouco foi possível, até o momento, chegar ao nome da primeira civil brasileira. No entanto, a pesquisa obteve contato com a civil Eliana Costa, que é uma das pioneiras, se não for a primeira, já que começou a sua carreira em missões de paz em 1993 e está aposentada desde 2013. Ela foi assistente do Representante Especial do Secretário-Geral na ONUMOZ, Moçambique,

de 1993 até a conclusão da missão em dezembro de 1994¹⁵. Depois de Moçambique, ela trabalhou em Angola de 1995 a 1999; foi para o Timor-Leste para uma missão de três meses em 1999 e testemunhou o ataque indonésio pós-referendo; voltou para Angola para ajudar na liquidação administrativa da missão em 1999; foi enviada para a Bósnia em 2000; acompanhou a independência do Kosovo em 2002; e, por fim, serviu no Sudão (2007), inclusive em Darfur (2009).

Entre as militares, em 2003, a pioneira atravessou o mundo e chegou ao Timor-Leste. A então Capitã Médica Ângela Bezerra, do Exército Brasileiro, a única mulher do penúltimo contingente brasileiro desdobrado na UNMISSET, no Timor-Leste¹⁶. Ângela é psiquiatra formada pela Universidade do Estado de Pernambuco (UPE). Filha de militar, teve o apoio da família quando decidiu entrar para o Exército em 1997. Anos mais tarde, foi chamada para compor a equipe de avaliação dos militares que iriam para o Timor-Leste, já que o contingente seria do Recife. Começou, assim, o seu contato com o universo das missões de paz. Em 2002, soube que o Exército abriria vagas para voluntárias mulheres e, após ser muito incentivada a candidatar-se, conseguiu ser liberada pelo chefe para participar do treinamento na Polícia do Exército em Recife, e foi escolhida para a única vaga para médicos no contingente.

A atuação de Ângela Bezerra no Timor-Leste foi objeto de significativa atenção da mídia e dos demais brasileiros servindo na missão, que destacavam seu pioneirismo no universo militar. Ela já sabia, desde antes de sair do Brasil, que atuaria também como clínica-geral, especialidade na qual chegou a iniciar a residência antes de passar para a psiquiatria.

14 Exército Brasileiro (2019) e Ministério da Defesa (2019).

15 Antes de Eliana, é possível que outras civis brasileiras do Secretariado da ONU tenham sido designadas para secondments em missões de paz. Eliana conta que, quando começou a trabalhar na ONUMOZ, havia uma brasileira em Maputo, funcionária do Secretariado, que fora designada para uma missão curta na fase de inauguração da missão e rapidamente retornou para Nova York, mas não foi possível obter mais informações a respeito dessa civil.

16 Ministério da Defesa (2019).

Ao chegar a Díli, foi muito requisitada pelo hospital da ONU, principalmente para cuidar de *peacekeepers* muçulmanas que, culturalmente, não podiam ser atendidas por homens. Ela era a única mulher médica da missão. Também trabalhou no atendimento à população local, e no apoio psiquiátrico aos brasileiros de seu próprio contingente.

Ângela ficou profundamente marcada pela frase que ouviu do general brasileiro que comandava as tropas brasileiras na UNMISSET. Ao visitá-la pouco depois de sua chegada ao Timor, ele disse: “você aqui não é uma mulher, não é uma capitã, não é uma médica. Você é a bandeira do Brasil feminina. Sua conduta vai abrir ou fechar as portas para suas companheiras. Lembre-se sempre disso”. Ela nunca se esqueceu. E as portas se abriram, lentamente, para suas companheiras. No contingente seguinte, uma segunda médica, neurologista, integrou a tropa brasileira da UNMISSET.

Em 2013, uma oficial da Marinha do Brasil (MB) foi a primeira militar brasileira a ser desdobrada em uma missão individual. A então Tenente Gisele dos Santos Alves, meteorologista por formação, exerceu a função de observador militar na UNOCI, na Côte d’Ivoire (Costa do Marfim), de abril daquele ano até abril de 2014¹⁷. O desdobramento de Gisele é significativo na linha do tempo das pioneiras pois foi a primeira vez em que uma militar brasileira deslocou-se para um contexto de conflito totalmente sozinha, sem ser parte integrante de um grupo (tropa). Se as militares desdobradas com tropas viveram a experiência de serem a única mulher, ou uma das poucas entre brasileiros, Gisele foi a primeira a viver a experiência de ser militar em um grupo de militares de diferentes nacionalidades.

Na experiência das militares desdobradas em missão individual, o aspecto das diferenças culturais alcança uma dimensão mais elevada. Gisele conta, por exemplo, que morou em duas localidades diferentes na Côte d’Ivoire (dois *team sites*) e que dividir a casa com militares islâmicos foi inusitado. Apesar de não ter tido problemas de relacionamento, ela admite que o choque cultural pode ser de difícil assimilação para alguém que não estava minimamente preparado para lidar com uma situação como essa. Em sua função de observadora militar (que viaja pelo interior do país, conversa com a população local e reporta para a missão), Gisele considera que cada conversa com mulheres locais fez uma pequena diferença para o trabalho da missão. Aquelas mulheres não eram figuras importantes, mas tinham experiências relevantes que faziam diferença no cumprimento do mandato. E avalia: “essas conversas simplesmente não teriam acontecido se eu não estivesse lá”.

Um ano mais tarde, em 2014, outra representante da MB fez história ao tornar-se a primeira brasileira empregada em um teatro de operações de guerra no mar. A então Capitã de Corveta Carla Daniel, especialista em Comunicação Social, serviu na UNIFIL, embarcada na Fragata Constituição, entre agosto de 2014 e fevereiro de 2015. Ela trabalhou como assistente do comandante da Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, e dividia a rotina com o restante da tripulação do navio, toda masculina: “eram 263 homens e eu”. Na falta de um banheiro feminino, ela dividia o banheiro com os colegas, que não entravam se ela estivesse lá dentro. Para não atrapalhar o fluxo, ela acordava antes do toque de alvorada e, à noite, para usar o banheiro, esperava que os colegas fossem dormir. Carla conta que, no primeiro final de semana patrulhando o Mediterrâneo, foi organizada uma gincana com toque de homem ao mar. Ninguém imaginava que ela pularia também.

17 Ministério da Defesa (2019).

Todos vibraram quando ela voltou para a superfície após o salto, de 8 metros, e deu o grito do mascote do navio. A partir daquele dia, a tripulação do navio passou a tratá-la como parte integrante da equipe e ela disse que poderiam mudar o toque para “homens e mulheres ao mar!”.

A primeira brasileira a exercer uma função no Estado-Maior (*staff officer*) de uma missão de paz foi a então Major Médica Regina Schendel, do Exército Brasileiro¹⁸. Ela serviu na Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), entre 2016 e 2017, na função de *Force gender officer*. Como oficial de Estado-Maior, Schendel trabalhava no quartel-general (QG) da ONU, em Monróvia. Essa dinâmica tinha desafios específicos, como o desgaste trazido por um dia-a-dia repetitivo, trabalhando e morando no mesmo espaço, sem o convívio de pessoas que falassem o seu idioma (era a única brasileira). Ela também cumpriu missões em regiões afastadas da capital e até mesmo em países vizinhos, para onde se deslocava sozinha, e lidava com questões de cunho religioso e cultural. Cinco meses após o início de sua missão, Schendel se tornou a única *staff officer* mulher da missão, o que aumentou significativamente o número de atividades e missões em que ela deveria participar devido à obrigatoriedade de presença de *staff* feminina em várias ocasiões.

Entre agosto de 2017 e agosto de 2018, a primeira militar da Força Aérea a participar de uma missão de paz serviu como *staff officer* na UNAMID. A Major Intendente Luanda Bastos trabalhou em El Facher, na região de Darfur, e era a única mulher da equipe de operações militares no QG da missão. No início, ela conta que alguns colegas esperavam que ela servisse café e questionavam o seu comprometimento com a missão. Devido

à vontade de participar mais e o desejo de saber o que se passava no terreno, ela se voluntariou para tirar serviço e, assim, entrou para a escala de oficiais responsáveis por dar *briefings* situacionais. Em seus últimos meses de missão, acumulava três funções e foi designada como *briefing officer* do *Force Commander*. “Fiquei muito feliz. Eu dava *briefings* todos os dias, não só da minha área original, mas de todas”. No final, chegou a ouvir um pedido de desculpas de um colega pelo julgamento inicial.

Os anos de 2018 e 2019 foram marcados por feitos de nível mais altos e com impactos bastante relevantes do ponto de vista qualitativo. A primeira mulher brasileira a ser *team site commander* foi a Tenente Coronel Andréa Firmo, do Exército, que serviu na MINURSO entre abril de 2018 e abril de 2019. Foi também a primeira vez em que a MINURSO teve uma mulher nessa função¹⁹. Seu pioneirismo deixou aberta a porta para a Tenente-Coronel Josiana Guedes, também do EB, que, em outubro de 2019, foi designada para a mesma função. Além disso, em março de 2019, a Capitão-de-Corveta Márcia Braga foi agraciada com o prêmio de *Gender Military Advocate*, entregue pelo Secretário-Geral da ONU por seu trabalho como *military gender adviser* da MINUSCA, na República Centro-Africana²⁰. Na missão, ela foi rendida pela Capitão-de-Fragata Carla Marcolini, também da MB.

O pioneirismo dessas mulheres reveste-se de um significado especial quando se considera que, ainda hoje, as brasileiras enfrentam riscos e fazem sacrifícios adicionais para atuarem em missões de paz. A coragem das pioneiras e de todas as demais serve como inspiração e tem o poder de abrir portas para outras tantas. É por meio da troca entre essas mulheres, do

18 Idem.

19 Para a entrevista exclusiva do Instituto Igarapé com a TC Andréa Firmo, ver: <https://igarape.org.br/entrevista-exclusiva-com-a-tenente-coronel-andrea-firmo/>.

20 Para a entrevista exclusiva do Instituto Igarapé com a CC Márcia Braga, ver: <https://igarape.org.br/entrevista-exclusiva-com-a-capitao-de-corveta-marcia-braga/>.

compartilhamento de experiências e de relatos francos sobre o dia-a-dia no terreno que mulheres interessadas e potenciais candidatas regulam suas expectativas, fortalecem a

intenção de aplicarem para as vagas, e, em última instância, realizam o sonho e a vocação de servir em missões de paz.

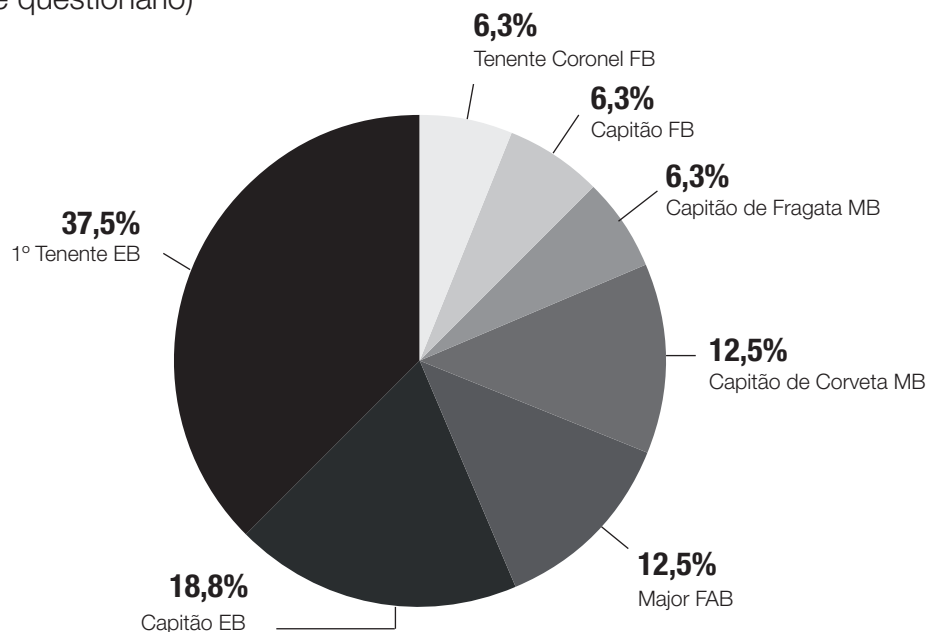
4.2 AS MILITARES BRASILEIRAS

Entre 1992 e 2018, o Brasil enviou 286 mulheres uniformizadas para participar de missões de paz da ONU, representando 0,6% de um total de 48.059 militares e policiais brasileiros. A imensa maioria (91%) das brasileiras enviadas nesse período são militares.

Embora a pesquisa não tenha obtido dados oficiais desagregados por patentes e por Forças, as respostas dos questionários

do Instituto Igarapé dão indícios da representatividade. Verifica-se, de imediato, que a maioria das respondentes militares é do Exército. Nota-se também que a maioria das respondentes uniformizadas era oficial de nível intermediário quando foi para a missão. São os únicos dados disponíveis no momento, obtidos em uma amostra restrita a um universo de apenas 17 respondentes, ou seja, 6,5% de todas as militares brasileiras que serviram em missões de paz.

Gráfico 5: Distribuição das militares brasileiras por postos/patentes e por Força Armada (amostra obtida por meio de questionário)



Fonte: Instituto Igarapé (2019)

Entre 2009 e 2019, os dados oficiais contabilizam que as militares brasileiras participaram de um total de nove missões de paz da ONU. A maioria (sete) contaram com o apoio das brasileiras em atividade individual

-- assessoras, observadoras militares e oficiais de Estado-Maior -- e foram desdobradas no continente africano: Côte d'Ivoire (UNOCI), Libéria (UNMIL), República Centro-Africana (MINUSCA), Saara Ocidental (MINURSO),

Sudão (UNISFA e UNAMID) e Sudão do Sul (UNMISS). Além dessas missões, outras duas merecem destaque especial: as missões no Haiti (MINUSTAH) e no Líbano (UNIFIL) receberam militares brasileiras como parte da tropa do Exército e da Marinha, respectivamente. Na MINUSTAH, registra-se o número mais alto de brasileiras fardadas a um dado momento e, na UNIFIL, registra-se a primeira brasileira embarcada a participar de uma missão de paz.

As nove missões não estiveram distribuídas de maneira uniforme na última década. Em 2009, havia apenas uma missão de paz com militares brasileiras. A partir de 2017, tem início uma tendência ascendente e direcionada à diversificação das missões para chegarmos, no fim da década, ao número de cinco missões com militares brasileiras, o que é significativo em termos relativos.

Cabe ainda mencionar que, em 2009, as militares brasileiras no terreno integravam a tropa do Exército na MINUSTAH. Desde o fim dessa missão, na segunda metade de 2017, aumentou significativamente a quantidade de brasileiras em missões individuais, embora o número total ainda seja muito aquém das possibilidades e das capacidades do Brasil.

Os dados mais recentes da ONU (30 de setembro de 2019) também são importantes. Do total de 76.321 militares que trabalham nas 14 missões de paz da ONU, há 3.787 mulheres (5%). Ao se desagregar os dados entre missões coletivas (tropas) e missões individuais, tem-se 4,5% de mulheres entre as tropas e 15,3% de mulheres entre militares em missão individual²¹.

Entre os 257 militares brasileiros, há sete mulheres (2,7%). Nos dados desagregados, as mulheres correspondem a 1% das tropas e 8,2% dos militares brasileiros em missão individual.

Para finalizar a seção, apresenta-se a seguir um quadro-síntese com os dados mais recentes dos militares que servem em missões de paz da ONU, desagregados por sexo, com registros dos dados gerais (todas as nacionalidades) e dos dados referentes aos brasileiros.

21 ONU/DPO (2019b).

Tabela 5: Quadro-síntese dos militares que servem em missões de paz da ONU (30 set 2019)

Categoria	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
Tropas em missões de paz	69.669	3.269	4,5%	72.938
MilObs/EOM em missões de paz	2.865	518	15,3%	3.383
SUBTOTAL 1 - Militares em missões de paz	72.534	3.787	5%	76.321
Tropas <u>brasileiras</u> em missões de paz	194	2	1%	196
MilObs/EOM <u>brasileiros</u> em missões de paz	56	5	8,2%	61
SUBTOTAL 2 - militares <u>brasileiros</u> em missões de paz	250	7	2,7%	257
Proporção dos militares brasileiros com relação ao total de militares em missões de paz	0,34%	0,18%	N/A	0,34%

N/A - não se aplica.

Fontes: ONU/DPO (2019a), (2019b) e (2019c)

4.3. AS POLICIAIS BRASILEIRAS

Os dados oficiais contabilizam 432 policiais brasileiros em missões de paz entre agosto de 1992 e março de 2019. Desses, 25 eram mulheres, segundo a Inspeção Geral das Polícias Militares e Bombeiros Militares (IGPM), órgão do Exército Brasileiro. De maneira semelhante aos dados de militares, os de policiais também computam veteranos como se fossem diferentes pessoas²³.

Entre 1992 e 2019, as 25 policiais militares brasileiras contribuíram para a implementação de mandatos de sete missões de paz da ONU, conforme o disposto na tabela a seguir. A porcentagem foi calculada em cima do total de policiais brasileiras já desdobradas:

Tabela 6: Distribuição das policiais brasileiras por missão de paz (1992-2019)

# policiais	%	País anfitrião	Missão de paz da ONU
7	28%	Timor-Leste	UNMIT
6	24%	Sudão do Sul	UNMISS
4	16%	Angola	UNAVEM II
3	12%	Guatemala	MINUGUA
2	8%	Haiti	MINUSTAH
2	8%	Guiné Bissau	UNIOGBIS
1	4%	Kosovo	UNMIK

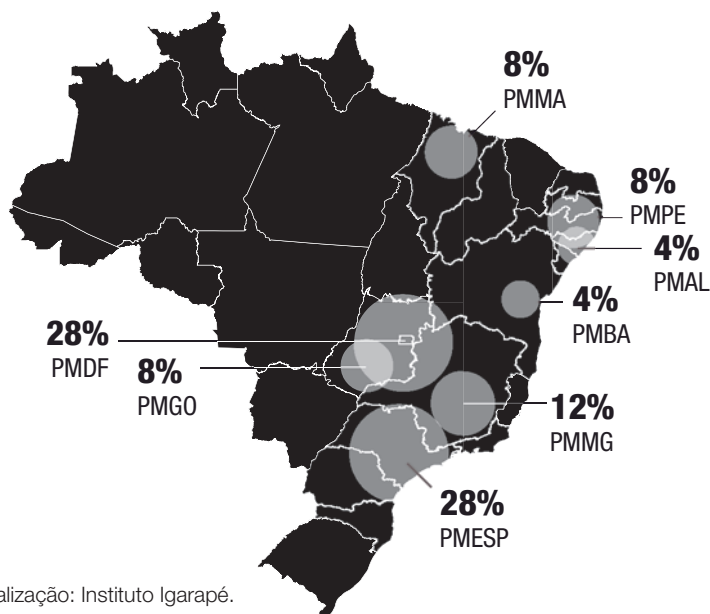
Fonte: Exército Brasileiro (2019). Idealização: Instituto Igarapé.

22 Para fins de registro, e não de cômputo, entre as 25 mulheres há três veteranas e são, portanto, 22 policiais diferentes em um período de quase 30 anos.

Quando se analisa as corporações de origem das policiais militares, verifica-se que as que mais enviaram mulheres para missões de paz foram a Polícia Militar de São Paulo (PMESP) e a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), com sete policiais

cada (28% do total para cada). Outras corporações que também enviaram policiais femininas para missões de paz foram a de Minas Gerais (PMMG), Maranhão (PMMA), Pernambuco (PMPE), Goiás (PMGO), Alagoas (PMAL) e Bahia (PMBA).

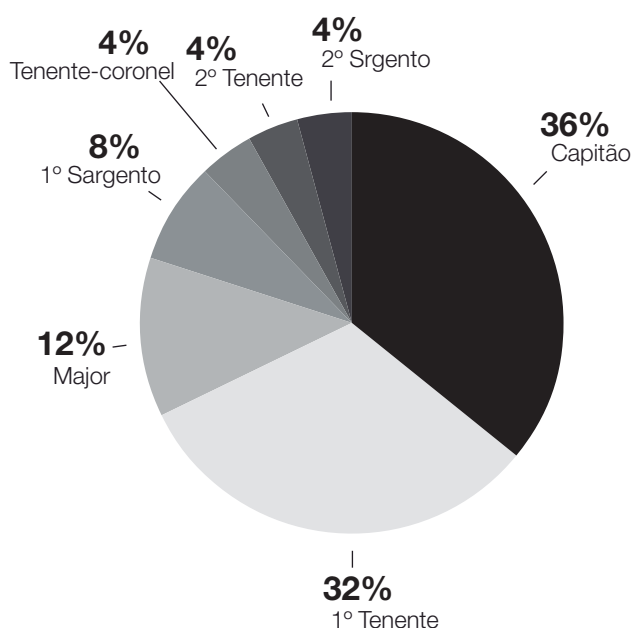
Gráfico 6: Distribuição das policiais brasileiras que serviram em missões de paz, por corporação de origem (1992-2019)



Fonte: Exército Brasileiro (2019). Idealização: Instituto Igarapé.

No que se refere às patentes, a imensa maioria das policiais brasileiras que serviu em missões de paz estava no meio da carreira quando foi para o terreno, sendo Capitão ou Tenente - essas patentes, juntas, computam 82% do total.

Gráfico 7: Distribuição das policiais brasileiras que serviram em missões de paz, por patente à época da missão (1992-2019)



Fonte: Exército Brasileiro (2019). Idealização: Instituto Igarapé.

No que se refere à função desempenhada no terreno, há grande variação nas respostas da amostra coletada pelo Instituto Igarapé por meio de questionário. Algumas, inclusive, cumpriram funções relevantes para a transversalização de gênero, como o cargo na Chefia do Escritório de Gênero dentro da Unidade Policial do Setor de Segurança da ONU, assim como funções de liderança e transmissão de conhecimento relacionadas a treinamento, processo seletivo e monitoramento e avaliação, por exemplo.

Além dos dados que cobrem o período em análise (1992-2019), também é importante destacar os dados mais recentes da ONU, para se ter um retrato da situação atual. Em 30 de setembro de 2019, havia 9.353 policiais servindo em missões de paz, sendo 1.420 mulheres (15,2%). Os dados desagregados indicam que 2.497 serviam em missão individual (UN Police ou UNPOL), sendo 670 mulheres (26,8%), enquanto que 6.856 serviam como integrantes de *Formed*

Police Units (FPU), sendo 750 mulheres (10,9%). A representatividade das mulheres no componente policial é melhor do que a do componente militar. Além disso, no caso dos policiais, já foram alcançadas as metas do Secretário-Geral para 2019, tanto a de UNPOL (a meta era de 21%) como a de *Formed Police Units* (a meta era de 9%).

Quanto aos brasileiros, hoje, oito policiais servem em missões de paz, sendo três mulheres - elas representam 37,5% dos policiais brasileiros no terreno. Os policiais brasileiros, juntos, representam apenas 0,32% do total de policiais que hoje trabalham nas missões de paz.

Para finalizar a seção, apresenta-se um quadro-síntese com os dados mais recentes dos policiais que servem em missões de paz da ONU, desagregados por sexo, com registro dos dados gerais (de todas as nacionalidades) e dos dados referentes aos brasileiros.

Tabela 7: Quadro-síntese dos policiais que servem em missões de paz da ONU (30 set 2019)

Categorias	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
UNPOL em missões de paz	1.827	670	26,8%	2.497
FPU em missões de paz	6.106	750	10,9%	6.856
SUBTOTAL 1 - Policiais que servem em missões de paz	7.933	1.420	15,2%	9.353
UNPOL <u>brasileiros</u> que servem em missões de paz	5	3	37,5%	8
Proporção dos UNPOL brasileiros com relação ao total de UNPOL em missões de paz	0,27%	0,45%	N/A	0,32%

N/A - não se aplica.

Fontes: ONU/DPO (2019b) e (2019c).

4.4 AS CIVIS BRASILEIRAS

Desde 2009, tem sido possível trabalhar com dados desagregados de militares e policiais. Na base de dados da ONU, pode-se obter dados de militares e policiais, por mês, desagregados por nacionalidade, sexo, missão e categoria (militar ou policial, missão individual ou coletiva). O mesmo, porém, não acontece com os civis - as bases existentes não estão disponíveis para consulta pública e dependem de contatos dentro da ONU, o que atrapalha a produção do conhecimento. Além disso, trata-se de um grupo heterogêneo, que passa por processos de recrutamento, contratação e desdobramento fragmentados em várias seções da ONU. Nem a própria ONU tem uma base única para civis, embora haja menção ao total de civis e de Voluntários da ONU (outra categoria de civis), juntos, no site do DPO.

Para fins desta pesquisa, alinha-se ao conceito da ONU de englobar dois grupos na definição de “civil”: (i) quem tem contrato como civil junto ao Secretariado da ONU, independente de sua origem (civil, militar ou policial); e (ii) quem tem contrato com o Programa de Voluntários das Nações Unidas (*UN Volunteers*). Os dados obtidos sobre brasileiros em ambos os grupos serão disponibilizados a seguir.

(i) Civis que trabalham no Secretariado da ONU

A pesquisa teve acesso a dados sobre civis brasileiros com contratos com o Secretariado que refletem dois momentos: 31 de dezembro de 2011 e 30 de novembro de 2018. Eles permitem que se tenha uma espécie de “fotografia” da situação dos civis em cada ano, ou seja, não se trata de dados de um período, mas sim de dois anos específicos. A análise abaixo compara três aspectos, desagregados por sexo: (1) a quantidade de civis ao todo e a quantidade de civis brasileiros; (2) a categoria/tipo de contrato de trabalho e suas respectivas hierarquias²³; e (3) a participação em missões de paz.

Os registros de 2011 indicam que havia 43.747 civis com contrato ativo com o Secretariado da ONU naquele ano, sendo 29.330 homens (67%) e 14.417 mulheres (33%). Desses, 164 eram brasileiros (0,37% do total), sendo 87 homens (53%) e 77 mulheres (47%)²⁴. Já em 2018, sete anos depois, havia 37.505 civis com contrato com o Secretariado, sendo 23.699 homens (63,2%) e 13.806 mulheres (36,8%). Naquele momento, havia 194 civis brasileiros, sendo 94 homens (48,4%) e 100 mulheres (51,6%)²⁵. Tanto em 2011 como em 2018, embora as mulheres representem 1/3 de todos os civis do Secretariado, quando se contabiliza apenas os brasileiros, há paridade de gênero (cerca de 50%).

23 A ONU trabalha com três grupos no que se refere às categorias/tipos de contrato de trabalho: “field services”, “general services” e “professionals and above”, sendo que o último é o mais prestigiado, com profissionais que trabalham nas áreas-fim e incluem os “directors”, que são os de nível mais alto da carreira. Dentro de cada categoria, há ainda os níveis hierárquicos, que dependem dos anos de experiência em determinada área, além de outros requisitos. À presente pesquisa interessam mais os níveis dos “professionals and above”, que compreendem um espectro crescente que vai de P-2 a P-5 (para os “professionals”) e de D-1 a D-2 (para os “directors”). Na mesma categoria “professionals and above” estão ainda cargos de confiança do Secretário-Geral, em níveis muito elevados, que são os ASG (Assistant Secretary-General) e USG (Under Secretary-General), sem tradução para o português. Para outros detalhes, ver o site do UN Careers.

24 Os dados de 2011 datam de junho daquele ano e foram divulgados pela resolução AGNU A/66/347, de 08/09/2011, disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/712545/files/A_66_347-EN.pdf. Os dados sobre brasileiros em missões de paz foram obtidos junto ao Secretariado da ONU, por meio da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, e são de 31/12/2011.

25 Os dados de 2018 são de dezembro daquele ano e foram divulgados pela resolução AGNU A/74/82, de 22/04/2019, disponível em https://digitallibrary.un.org/record/3809594/files/A_74_82-EN.pdf. Quanto aos brasileiros, os dados mais recentes são de 30/11/2018 e foram obtidos junto Secretariado da ONU, por meio da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York.

No que se refere ao tipo de contrato e hierarquia, os dados de 2018 revelam que 61 das 100 brasileiras com contrato com o Secretariado estão incluídas nas categorias “professionals” e “directors” - dessas, 22% têm contrato de nível intermediário ou alto (de P-4 para cima) e 39% são de nível profissional básico (P-2 ou P-3). Entre os 94 homens, 78,7% são das categorias “professionals” ou “directors” - desses, 48,9% têm contratos de nível intermediário ou alto (de P-4 para cima) e 29,8% são de nível profissional básico (P-2 ou P-3).

Assim, apesar de haver paridade de gênero entre os civis brasileiros que trabalham no Secretariado, quando se analisa as categorias dos contratos (“professionals”, “directors” ou “field services”) ou os níveis da hierarquia (P-2, P-3, etc.), verifica-se que as brasileiras têm menor representatividade nas categorias de “professionals”: $\frac{2}{3}$ das mulheres são “professionals” e “directors”, *versus* $\frac{3}{4}$ dos homens. A representatividade feminina é ainda mais problemática nos níveis mais elevados da carreira: têm nível intermediário ou alto apenas $\frac{1}{3}$ das mulheres que são “professionals” e “directors”, *versus* $\frac{1}{2}$ dos homens das mesmas categorias.

Nem todos os 194 civis brasileiros do Secretariado trabalham em missões de paz. Em novembro de 2018, havia apenas 24 brasileiros no terreno (0,2% do total), sendo 16 homens (66,7%) e oito mulheres (33,3%). Aqui, a representatividade de $\frac{1}{3}$ para mulheres volta a aparecer.

A análise do perfil das oito civis brasileiras que trabalhavam em missões de paz em 2018 indica uma diversidade de missões: duas estavam na MONUSCO (RDC), duas

na UNVMC (Colômbia), uma na UNAMA (Afeganistão), uma na MINUJUSTH (Haiti) e uma na UNMIK (Kosovo). Além disso, a civil brasileira de nível mais alto (D-1) era *chief of staff* e residia em Pristina, Kosovo. As duas civis de nível hierárquico mais básico (P-2) eram *Associate Human Rights Officers* e residiam em Kinshasa (RDC) e Kurduz (Afeganistão). As demais tinham funções variadas relacionadas a operações, treinamento e informações públicas.

(ii) Voluntários das Nações Unidas (UNV)

Além dos civis com contrato com o Secretariado, as missões de paz também recebem civis com contrato com o Programa de Voluntários das Nações Unidas (*UNV Program*, em inglês). Apesar da interpretação que a sociedade brasileira dá ao termo “voluntário”, trata-se de trabalho remunerado e com diversos benefícios trabalhistas, como férias anuais e seguro saúde. Ademais, os Voluntários das Nações Unidas (UNV) têm os mesmos privilégios e imunidades que os demais funcionários da ONU, embora não seja considerados parte da equipe ou funcionários de carreira da organização²⁶.

Entre 2008 e 2019, as missões de paz receberam, ao todo, 8.741 Voluntários, sendo 5.729 homens (65,5%) e 3.012 mulheres (34,6%). Desse total, 80 Voluntários da ONU eram brasileiros, sendo 36 homens (45%) e 44 mulheres (55%)²⁷.

26 A soma não é exata porque, segundo o UNV Brasil, “ao longo dos anos, alguns Voluntários/as serviram como nacionais e como internacionais. No sistema, quando se busca pelos números totais, eles são contabilizados uma única vez, mas no momento em que se desagrega por tipo (aplicando dois filtros), o sistema contabiliza mais de uma vez para aqueles que serviram como nacionais e internacionais” (em e-mail às autoras, de 06 de novembro de 2019).

27 ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019).

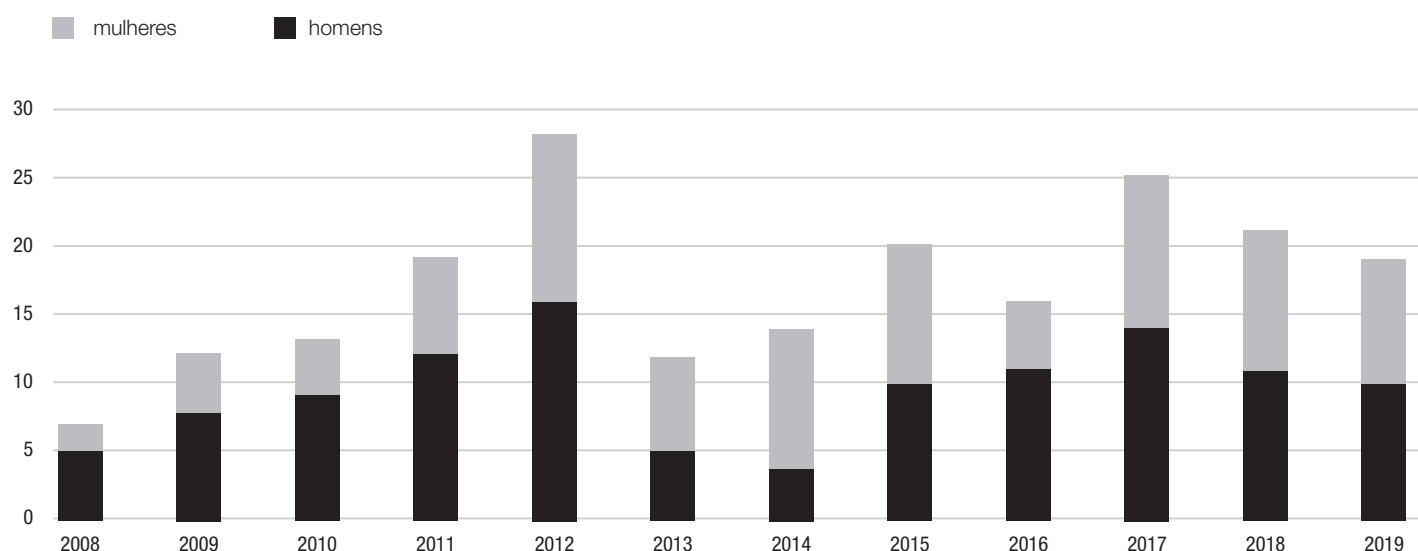
Tabela 8: Total de Voluntários da ONU em missão de paz, por sexo e tipo (nacional ou internacional) (2008 a 2019)

Categorias	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
Voluntários internacionais	5.509	2.914	34,6%	8.423
Voluntários nacionais	235	107	31,3%	342
TOTAL de Voluntários da ONU em missões de paz	5.729	3.012	34,5%	8.741
Voluntários brasileiros	36	44	55%	80
% dos brasileiros com relação ao total de UNV	0,63%	1,46%	N/A	0,92%

Nota: Os dados são cumulativos; último acesso em 20 de junho de 2019.

Fonte: ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019)

Ao longo da última década, a distribuição dos Voluntários brasileiros em missões de paz teve altos e baixos, como revela o gráfico abaixo.

Gráfico 8: Evolução dos Voluntários da ONU brasileiros em missões de paz, por sexo (2008-2019)

Nota: dados acumulados; último acesso em 20 de junho de 2019.

Fonte: ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019)

No período analisado, os 80 Voluntários brasileiros participaram, ao todo, de 17 missões de paz. Merecem destaque a missão no Timor-Leste (a UNMIT recebeu 23 UNV brasileiros, ou 28,75%), bem como as missões na República Democrática do Congo e na Colômbia (a MONUSCO e a UNVMC receberam 10 UNV brasileiros

respectivamente, ou 12,5% cada). Outros destinos dos UNV brasileiros incluem a Guiné Bissau (10%), Haiti (8,75%), Afeganistão (7,5%), Sudão do Sul (6,25%), República Centro-Africana (5%), Mali (5%) e Côte d'Ivoire (5%).

Das 17 missões de paz com UNV brasileiros, duas não receberam mulheres e três não receberam homens. Novamente é digna de nota a UNMIT, no Timor-Leste, que recebeu, sozinha, 34% de todas as UNV brasileiras que atuaram em missões de paz no período analisado (15 de um total de 44)²⁹. Outras missões que também merecem destaque entre os UNV brasileiros são a MONUSCO (República Democrática do Congo) e a UNVMC (Colômbia), que receberam 10 brasileiros, cada, no período analisado, sendo três mulheres em cada (30%)³⁰.

No que se refere às funções desempenhadas no terreno, a maioria das UNV brasileiras trabalhou na área eleitoral (sete electoral advisors e cinco electoral officers), mas houve também experiência na área de direitos humanos, tecnologia, segurança e gerenciamento de estresse, entre outras.

Por fim, quando se analisa apenas o ano de 2019, os dados oficiais revelam que há 19 Voluntários brasileiros em missões de paz, sendo nove homens (47,4%) e 10 mulheres (52,6%). Assim, pode-se afirmar que, apesar dos baixos números absolutos, existe paridade de gênero entre os civis brasileiros que atuam em missões de paz por meio do Programa de Voluntários das Nações Unidas.

Para finalizar a seção, apresenta-se um quadro-síntese com os dados mais recentes acerca dos civis que trabalham em missões de paz da ONU, desagregados por sexo, com registros dos números gerais (todas as nacionalidades) e dos dados referentes aos brasileiros.

Tabela 9: Quadro-síntese dos civis que trabalham em missões de paz da ONU (2018-2019)

	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
Civis no Secretariado	25.753	13.898	35,05%	39.651
Civis <u>brasileiros</u> no Secretariado	94	100	51,6%	194
Proporção dos brasileiros entre os civis do Secretariado	0,75%	0,72%	N/A	0,49%
Civis do Secretariado em missões de paz*	N/D	N/D	N/D	12.932
Civis <u>brasileiros</u> do Secretariado em missões de paz	16	8	33,3%	24
UNV em missões de paz	900	573	38,9%	1.473
UNV <u>brasileiros</u> em missões de paz	9	10	52,6%	19
Proporção dos UNV brasileiros em missões de paz com relação a todos os UNV em missões de paz	1%	1,75%	N/A	1,29%
Total de civis (civis + UNV) brasileiros em missões de paz	25	18	41,8%	43

N/A - não se aplica // N/D - não disponível

* Os dados gerais dos civis em missões de paz são referentes a maio de 2018 e só estão desagregados por tipo (nacional ou internacional) e não por sexo. Ver ONU/DPO (2019b) (2019c).

Fontes: ONU/Secretariado (2018), ONU/DPO (2018) e ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019)

28 Os dados totais da tabela podem variar se comparados aos dados totais da primeira tabela de Voluntários porque os mesmos profissionais podem ter exercido mais de uma função ou trabalhado em mais de uma missão de paz.

29 ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019).

5. DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS EM MISSÕES DE PAZ

Há uma série de desafios que dificultam, ou mesmo impedem, a participação de mulheres nas missões de paz da ONU. Sete deles foram identificados na pesquisa sobre mulheres brasileiras e os mais relevantes serão elencados a seguir, com uma pequena discussão a respeito de cada um.³⁰

O primeiro desafio a ser destacado é preliminar aos demais devido à sua natureza metodológica. Como mencionado várias vezes ao longo do artigo, há graves problemas de metodologia no que se refere à produção e ao armazenamento de dados a respeito das mulheres que trabalham em missões de paz. E não se trata de um problema apenas do Brasil. Isso afeta a análise da situação e, por consequência, influencia a quantidade e principalmente a qualidade das políticas públicas e das normas domésticas e internacionais que visam a aumentar o número de mulheres nesse tipo de carreira³¹. O Instituto Igarapé, por meio da consolidação dos dados e da ampla divulgação do material coletado, espera contribuir para superar essa dificuldade, de maneira subsidiária à ação do Estado brasileiro.

O segundo desafio refere-se à expectativa social sobre o papel da mulher na família *vis-à-vis* a carreira profissional. O perfil demográfico com base na amostra de mulheres que responderam ao nosso questionário demonstra que essa expectativa social influencia a decisão sobre participar (ou não) de uma missão de paz.³² Quando foram para o terreno, a maioria (60%) tinha idade acima de 35 anos, ainda assim, a imensa maioria (80%) não tinha filhos. Além disso, cerca de metade (56%) não tinha cônjuge ou companheiro quando trabalhou como *peacekeeper*. Esses dados demonstram a necessidade de um mínimo de experiência para que venham a ser desdobradas, assim como também evidenciam a ausência de responsabilidades com uma família. Ainda assim, 60% das *peacekeepers* militares são casadas - a família é considerada uma importante instituição no *ethos* militar, sendo poucos os/as militares solteiros, e isso encontra reflexos no perfil das *peacekeepers*³³. Uma pesquisa futura poderá identificar desafios específicos para esse grupo.

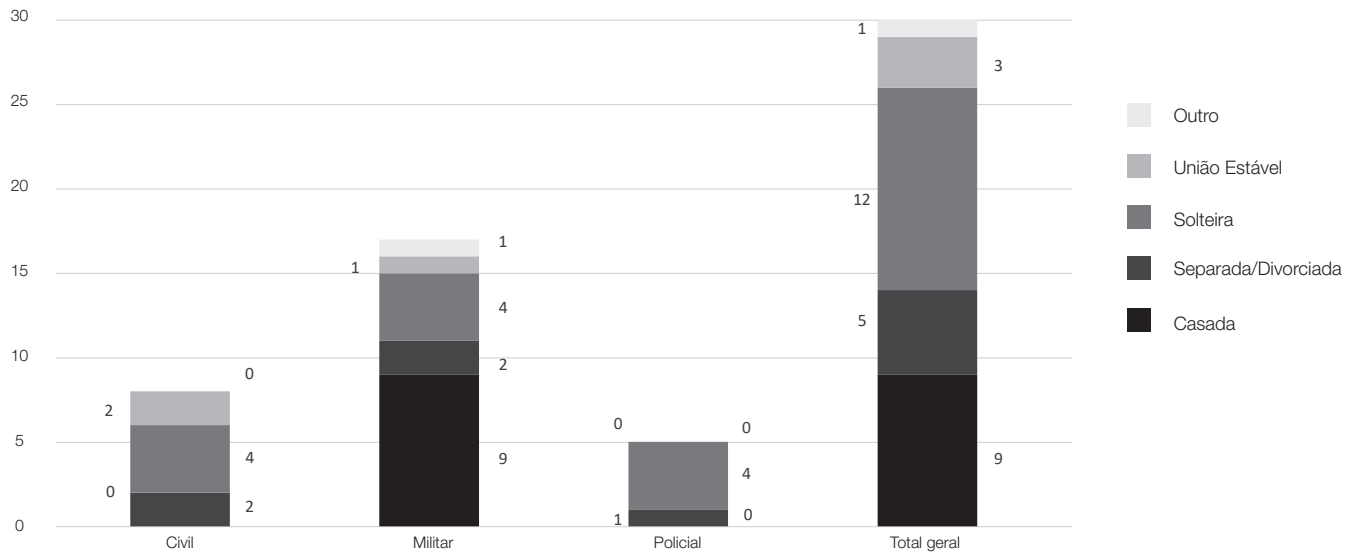
30 Ver Ghittoni et al (2018) para uma detalhada análise sobre os desafios enfrentados por mulheres uniformizadas em missões de paz. Muitas das barreiras identificadas pelo estudo dialogam com os desafios levantados pela presente pesquisa - exemplos incluem a falta de informação sobre oportunidades de desdobramento, bem como a expectativa social relacionada à maternidade e ao papel cultural das mulheres diante de afazeres domésticos. Uma futura pesquisa poderá explorar em que medida os estereótipos de gênero influenciam a participação das brasileiras uniformizadas em missões de paz.

31 Ver, por exemplo, Dharmapuri (2013).

32 Foram analisados 30 formulários, sendo 17 de respondentes militares, 5 de policiais e 8 de civis.

33 D'Araujo (s/data); Mathias (2009).

Gráfico 9: Estado civil das brasileiras que participaram em missões de paz, por componente (amostra obtida por meio de questionário)



Fonte: Instituto Igarapé (2019)

O terceiro desafio diz respeito à quantidade de mulheres nas Forças Armadas e Forças Auxiliares. Não se trata de desafio exclusivamente brasileiros. A baixa participação de mulheres em tropas de vários países está refletida na quase ausência de militares e policiais do sexo feminino no âmbito dessas composições quando desdobradas em missões de paz. Como demonstram os dados da Tabela 2, no início do artigo, as mulheres correspondem a 15,31% dos militares em missão individual e 4,5% dos militares em missão coletiva (como parte de tropa). Uma distribuição melhor é encontrada para as policiais: as mulheres correspondem a 26,8% dos policiais em missão individual e 11% dos policiais em missão coletiva. No caso do Brasil, na última década, os números absolutos apontam para um volume maior de mulheres em missões coletivas (tropa). No entanto, quando se analisa os números relativos, verifica-se que a proporção das mulheres com relação ao total de brasileiros uniformizados também é maior em missões individuais, como fica explícito na Tabela 4.

O quarto desafio diz respeito à participação de mulheres em níveis hierárquicos mais altos. No caso das militares, isso ocorre em razão da baixa representatividade de mulheres nos níveis mais elevados da carreira. Com efeito, a entrada de mulheres nas Forças Armadas é relativamente recente, o que explica a pequena proporção de mulheres que alcançam o topo da hierarquia e, portanto, aquelas que poderiam ser desdobradas em funções de liderança. Além disso, nem todas as posições, em particular aquelas de combate, estão abertas a mulheres, o que também contribui para a baixa representatividade em algumas funções mais elevadas nas missões de paz.

No caso das civis e policiais, esse desafio tem outros elementos. Para elas, não há impedimentos formais para desempenhar certas funções, nem as de níveis hierárquicos mais altos. Há, porém, desafios relacionados à participação desses dois grupos em missões de paz. No caso das civis, não existe apoio formal do governo federal para incentivar e/ou orientar a sua participação. Especula-se que, para os postos mais altos, o esforço diplomático do Estado de origem pode ser decisivo. Já no caso das policiais, há desafios

inerentes à ausência de uma política nacional ou de normas claras que facilitem a participação em missões de paz. De forma similar às civis, falta, portanto, um investimento do Brasil, enquanto Estado, para apoiar esses processos e consolidar o seu apoio à paz e segurança internacional.

O quinto desafio diz respeito ao processo de comunicação que tem início na divulgação das vagas, passa pela informação detalhada sobre as fases da seleção e vai até a denominação oficial para a missão de paz. Como mencionado, no caso das civis, a participação em processos seletivos depende do conhecimento a respeito das oportunidades existentes, além do esforço individual de cada uma, mesmo quando se trata de áreas ou funções estratégicas para o governo federal. O processo seletivo da ONU pode, por vezes, levar muito tempo, o que gera incertezas para quem está no mercado de trabalho; ou pode ser rápido demais, o que deixa as selecionadas com pouco tempo para resolver questões burocráticas e pessoais antes de serem desdobradas. Para as policiais, os principais desafios do processo seletivo referem-se à liberação por parte de suas corporações e seus estados de origem. Nem sempre há um entendimento claro sobre os possíveis benefícios que pode trazer a participação dessas profissionais em missões no exterior. Por fim, para as militares, em particular para as futuras observadoras militares, o atual processo seletivo não é tão transparente a ponto de facilitar a identificação do perfil desejado, o que pode impactar na representatividade.

O sexto desafio refere-se às condições no terreno e aos riscos e sacrifícios por que passam as *peacekeepers* mulheres, inclusive as brasileiras, independentemente de serem militares, policiais ou civis. Vários dos riscos levantados pelas entrevistadas são compartilhados entre homens e mulheres, e incluem questões relacionadas a alimentação (intoxicação); água (cólera); animais (mosquitos, escorpiões etc.); segurança (sequestros, tiroteios, ameaças, ataques, presença de minas, etc); e estresse (trabalhar por muitas horas

seguidas e usar o período de descanso para resolver questões burocráticas e pessoais e não para o lazer). As entrevistas levantaram, ainda, uma série de riscos que são específicos das mulheres: saúde feminina (poucos ou nenhum especialista na área da missão); serviços públicos precários (iluminação pública vs. segurança pública); assédio sexual (vs. confinamento auto-imposto); questões de caráter religioso e cultural; e comparações em termos de capacidade profissional (piadas sexistas).

“No início, saí de carro sozinha algumas vezes para jantares na casa de amigos. Depois de um certo tempo, só saía se alguém pudesse me buscar e deixar em casa. Também evitava andar pela cidade. Só saía de carro”.

“O mais comum é viver com medo. Eu ficava me preparando psicologicamente para caminhar até a barraca, a 100m de distância (...). A convivência diária com o medo é cansativa”.

“A vida como eu conhecia (ir ao cinema, jantar com amigos, ir a uma livraria, passear pelas ruas despreocupadamente), tudo isso deixou de existir. A socialização era limitada aos colegas de trabalho, jantares nas casas uns dos outros (quando alguém vinha de volta de Pretória e trazia coisas diferentes, era uma festa). Na época não havia nem Skype. A comunicação com a família era por email (nem todo mundo tinha na época). Não havia whatsapp ou outras facilidades de hoje. Comprávamos um cartão pra falar mais barato no telefone. Era tudo”.

As entrevistadas também mencionaram os sacrifícios feitos quando estavam no terreno, enquanto mulher e enquanto profissional. Nesse caso, assim como na questão dos riscos, também foram identificados, entre as respostas, sacrifícios compartilhados entre homens e mulheres, que incluem a falta de clareza sobre como a participação pode impactar positivamente em suas carreiras; a distância de

entes queridos e as condições precárias com relação a higiene, acomodação, alimentação e segurança. Foram também identificados sacrifícios específicos das mulheres, como a distância dos filhos (devido ao papel social exercido pela maioria das mulheres brasileiras); confinamento físico e social; necessidade de fazer trabalho dobrado em função do número reduzido de mulheres nas missões; e esforço para ser ouvida.

“Eu morava ao lado do prédio do trabalho, então a rotina do ir e vir para o mesmo local, associada a não ter outras pessoas que falam a mesma língua (eu era a única brasileira) e num ambiente externo instável e, muitas vezes hostil, trazem, no período de um ano, um certo desgaste, mas superável”.

“[Há] a sensação de sempre ter que fazer esforço redobrado para ser ouvida; (...) todos são em geral muito educados mas muitas vezes a condescendência é nítida”.

O sétimo e derradeiro desafio refere-se ao preparo antes da missão. No âmbito do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), localizado no Rio de Janeiro, os dados sobre os alunos registrados em seus cursos passaram a estar desagregados por sexo em 2009. Neles, há registros de 38 policiais e militares do sexo feminino que passaram por seus cursos para missões individuais nos últimos dez anos, sendo 19 militares (11 do EB, 5 da MB e 3 da FAB) e 18 policiais militares, além de uma cuja instituição não foi identificada³⁴. Uma futura pesquisa poderá identificar quantas militares e policiais foram desdobradas ao todo nesse período em missão individual, a fim de se entender o quão significativa é essa quantidade de alunos com relação ao total de uniformizadas desdobradas. No caso dos policiais, um desafio comum entre homens e mulheres é a dificuldade de realizar o treinamento no CCOPAB, que não é obrigatório. Como consequência, os policiais, que também

representam o Brasil em missões de paz, nem sempre são liberados por seus respectivos comandos para ir até o Rio de Janeiro e realizar o treinamento adequado, ou, quando o são, dependem de esforços e recursos próprios. As entrevistas com as civis, por sua vez, indicaram que a maioria não passou por nenhum treinamento oficial para atuar em contextos instáveis, de maneira que foram fruto de esforço pessoal as capacitações realizadas de maneira on-line pelas candidatas.

“Ninguém me ensinou a fugir de tiros, ataques a veículos, dirigir em ‘estradas’ com 4x4, passar por ‘pontes’ (onde se tinha de colocar as madeiras e orientar os pneus) e atravessar rios. Também não fui treinada no que deveria levar como bagagem ou como fazer a go-bag e estocar alimentos. Ao mesmo tempo, como avaliar situações de risco e administrar estresse e emergência. Ninguém me ensinou a dialogar com grupos armados, em situações sensíveis e de conflitos.”

Por fim, e ainda com relação ao preparo, para os três componentes ficou evidente de que são limitados os treinamentos focados em mulheres. Como mencionado, há desafios que as mulheres enfrentam no terreno que são compartilhados com colegas do sexo masculino, como questões relacionadas à segurança em geral, porém há desafios que são enfrentados apenas por mulheres por serem intrínsecos à construção de papéis de gênero. É importante que os treinamentos incorporem também essa dimensão. No Brasil, há apenas um curso especificamente voltado para a formação de mulheres que desejam contribuir para missões de paz, oferecido pela Escola de Operações de Paz de Caráter Naval, localizada no Rio de Janeiro. Não foi possível obter informações sobre números de alunos e instrutores até o momento.

34 CCOPAB (2018).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Entre janeiro e setembro de 2019, a pesquisa sobre mulheres brasileiras em missões de paz, do Instituto Igarapé, logrou os seguintes resultados:

1. Levantou todos os dados possíveis, de bases oficiais, sobre brasileiras em missões de paz (militares, policiais e civis), com o objetivo de consolidá-los e analisá-los de forma integrada;
2. Acessou e deu voz às histórias de veteranas através do contato direto, por meio de entrevistas e de respostas aos questionários do *Google Form* aplicados nesta pesquisa;
3. Identificou desafios à participação de mulheres (antes, durante e depois do desdobramento), o que deverá contribuir para a criação e/ou o aperfeiçoamento de políticas públicas sobre o assunto; e
4. Identificou lacunas para serem exploradas em futura pesquisa.

No que se refere aos dados disponíveis, a pesquisa identificou que, entre 1992 e 2019, pelo menos 338 brasileiras passaram por missões de paz da ONU, o que equivale a 0,7% de um universo de pelo menos 48.163 *peacekeepers* brasileiros. Foram 261 militares, 25 policiais e pelo menos 52 civis do sexo feminino e nacionalidade brasileira (sendo 44 Voluntárias da ONU e pelo menos oito civis que trabalharam no Secretariado). Juntas, no período analisado, as *peacekeepers* brasileiras participaram de pelo menos 25 missões de paz, sendo que 12 missões receberam militares e/ou policiais (como MINUSTAH, UNMIT e UNMISS), três só receberam policiais (UNAVEM II, MINUGUA e UNMIK) e dez só receberam civis (como MONUSCO, MINUSMA e MINUJUSTH).

A seguir encontra-se o quadro-síntese com os dados de todos os brasileiros (militares, policiais e civis) que serviram em missões de paz da ONU entre 1992 e 2019, desagregados por sexo.

Tabela 10: Quadro-síntese de todos os *peacekeepers* brasileiros, por categoria e sexo (1992-2019)

Categoria*	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
Militares brasileiros	47.366	261	0,55%	47.627
Policiais brasileiros	407	25	5,8%	432
Civis brasileiros do Secretariado	16	8	33,3%	24
UNV brasileiros	36	44	55%	80
TOTAL GERAL	47.825	338	0,7%	48.163

* Os dados dos militares e dos policiais são de 1992 a 2018 e os dos UNV cobrem o período de 2008 a 2019, enquanto que os dados dos civis do Secretariado refletem apenas o mês de novembro de 2018.

Fontes: ONU/Secretariado (2019), ONU/DPO (2019b), ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019)

Abaixo, apresenta-se o quadro-síntese com os dados mais recentes de todos os brasileiros (militares, policiais e civis) que servem, hoje, em missões de paz da ONU, desagregados por sexo.

Tabela 11: Quadro-síntese dos *peacekeepers* brasileiros de 2019, por categoria e por sexo

Categorias	Homens	Mulheres	% Mulheres	TOTAL
Tropas brasileiras	194	2	1%	196
Observadores militares brasileiros	19	3	13,6%	22
Oficiais de Estado-maior brasileiros	37	2	5,1%	39
UNPOL brasileiros	5	3	37,5%	8
Civis brasileiros do Secretariado	16	8	33,3%	24
UNV brasileiros	9	10	52,6%	19
TOTAL	280	28	9,1%	308

Fontes: ONU/Secretariado (2019), ONU/DPO (2019a), ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019)

Mesmo passados quase 30 anos da primeira participação feminina brasileira, as entrevistas e as respostas aos questionários demonstram que a experiência e as histórias das *peacekeepers* brasileiras continuam invisíveis. Pouco se sabe sobre as pioneiras e suas contribuições para a paz e segurança internacional, por exemplo. Entre as experiências mais recentes, nota-se em vários relatos que as entrevistadas se sentiam isoladas durante a missão e também após o retorno ao Brasil, e que gostariam de compartilhar a sua experiência não só para registro institucional como também para motivar outras a seguirem caminhos semelhantes.

Ao longo da pesquisa, foram identificados sete desafios que as *peacekeepers* brasileiras podem encontrar antes, durante e depois das missões. No Brasil, os desafios incluem não só a pequena quantidade de mulheres nas forças de segurança, como também a falta de mecanismos (processos, incentivos, comunicação) que fomentem – ou não dificultem – a participação de mulheres nesse tipo de atividade. Uma vez no terreno, há também desafios específicos confrontados por mulheres, sejam elas militares, policiais ou

civis. Alguns, inclusive, são de ordem subjetiva e impõem outras barreiras à participação de mais brasileiras em missões de paz, como os relacionados à expectativa social sobre o papel que as mulheres cumprem na sociedade. Os dados sobre estado civil e número de filhos são fortes indicativos, assim como os depoimentos, ressaltando a necessidade de provar seu valor e de trabalhar em dobro para que sejam aceitas como pares e não como inferiores ou vulneráveis.

Em termos metodológicos, identificou-se uma grande dificuldade com relação à coleta e ao armazenamento dos dados sobre brasileiras em missões de paz que, além de estarem fragmentados em diferentes instituições do governo brasileiro e da ONU, também têm inconsistências. Fala-se sobre metas para aumentar a quantidade de mulheres em missões de paz, mas não há consenso, mesmo nas fontes oficiais, sobre quantas mulheres já foram desdobradas.

Entre as lacunas, entende-se que a pesquisa tenha deixado de considerar pelo menos três aspectos que poderão ser explorados em uma próxima fase ou por outras instituições: (i) preparo pré-desdobramento de brasileiras;

(ii) funções desempenhadas por brasileiras no terreno; e (iii) necessidade de incorporar, também, a visão dos homens acerca das experiências das mulheres.

Sobre o preparo, a pesquisa não conseguiu mapear todos os cursos e/ou treinamentos realizados anteriores ao desdobramento, sobretudo no que se refere às policiais e às civis. Entre esses dois grupos, aliás, poucas comentaram que tiveram acesso oficial a informações relevantes antes de suas missões, sendo que a maioria teria se informado por meio de seu próprio esforço. As entrevistas sugerem haver uma relação direta entre preparo e filiação institucional (se a mulher é militar, policial ou civil), sobretudo quanto à qualidade das análises de segurança e de risco quando a mulher está no terreno. Embora todas sejam mulheres, é possível que militares e policiais tenham outra percepção quanto ao risco se comparadas com as civis, em decorrência da carreira e de treinamentos em funções anteriores, algo que geralmente está ausente na vida profissional das civis.

Sobre a falta de análise aprofundada acerca das funções das *peacekeepers* mulheres, sugere-se que uma futura pesquisa explore não apenas as funções desempenhadas, mas também como elas foram exercidas pelas brasileiras, até para verificar se há diferenças com relação a outras nacionalidades. É importante aumentar o número de mulheres em missões de paz, mas também é fundamental dar espaço (inclusive com capacitação e oferta de vagas/postos no terreno) para que elas exerçam funções mais relevantes e mais altas na hierarquia. Para tanto, é preciso entender onde elas estão, o que fazem e como fazem, para explorar o que mais poderiam fazer e o que gostariam de fazer.

A análise dos dados quantitativos e qualitativos aponta para uma série de recomendações para o governo federal brasileiro, com diferentes escalas de complexidade, que são partilhadas a seguir.

Recomendações para o governo federal brasileiro:

- Elaborar e alimentar regularmente uma base de dados única acerca das mulheres brasileiras em missões de paz, com o perfil demográfico no momento da missão, bem como a patente, postos e funções exercidas quando estavam no terreno;
- Considerar a elaboração de um cadastro ou base de dados (*roster*) de civis com perfis específicos, contendo informações sobre experiência pregressa e sobre preparo, a fim de facilitar o desdobramento em nome do Estado brasileiro;
- Oferecer apoio diplomático a candidatas brasileiras, mediante demanda (ao MRE e/ou MD), em especial às que concorrem a postos hierárquicos mais altos;
- Dar visibilidade às contribuições das *peacekeepers* brasileiras à paz e à segurança internacional, o que não apenas resgatará as suas experiências para fins de registro histórico e novos aprendizados, mas que também poderá impactar na motivação de novas gerações;
- Disponibilizar informações relevantes sobre vagas, processos seletivos, etc. de maneira transparente e abrangente, inclusive por meio de redes e mídias sociais, a fim de que mais civis tenham acesso a essas oportunidades;
- Aprimorar a política nacional de recrutamento, treinamento e desdobramento de policiais, com atenção à divulgação das vagas e às necessidades de treinamento adequado, entre outros;
- Promover cursos, treinamentos e capacitações para policiais e civis brasileiras que tenham se candidatado ou que estejam se preparando para se candidatar a missões de paz (*pre-deployment training*); e
- Promover cursos, treinamentos e capacitações específicos para mulheres (civis, policiais e militares) que queiram se candidatar a missões de paz.

REFERÊNCIAS

CCOPAB / Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Gráfico “Participação de Militares do Segmento Feminino nos Cursos/Estágios (2009-2018)”, compilado pela Maj Christiane Lima em 10/12/2018.

D’Araújo, Maria Celina (s/d). “Questões de gênero nas forças Armadas”. RESDAL. Disponível em: www.resdal.org.ar/producciones-miembros/redes-03-daraujo.pdf.

Dharmapuri, S. “Not Just a Numbers Game: Increasing Women’s Participation in UN Peacekeeping”. International Peace Institute, *Providing for Peacekeeping n.4* (2013). Disponível em: www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/ipi_epub_not_just_a_numbers_game.pdf

Exército Brasileiro (2019). Dados da Inspeção Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares (IGPM), órgão do Comando de Operações Terrestres, acerca da participação de policiais militares em missões de paz, cobrindo o período de 1992 a março de 2019.

Ghittoni, M. et al. (2018). “Elsie Initiative for Women in Peace Operations: Baseline Study”. Geneva: DCAF. Disponível em: https://www.dcaf.ch/sites/default/files/publications/documents/Elsie_GenderReport_2018_Final.pdf

Giannini, R. A. (2009). “La participación de policías brasileñas en misiones de paz: el caso de Brasil”. Relatório nacional enviado à RESDAL.

Giannini, R. A. (2009). “Género, fuerzas armadas y misiones de paz: el caso brasileño”. Relatório nacional enviado à RESDAL.

Giannini, R. A. (2014). “Promover gênero e consolidar a paz: a experiência brasileira”. Artigo Estratégico 9, Instituto Igarapé. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2013/05/AE-09_PROMOVER-GENERO-E-CONSOLIDAR-A-PAZ.pdf

Giannini, R. A et al (2016). “Situações Extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das forças armadas”. Artigo Estratégico, Instituto Igarapé. Disponível em: <https://igarape.org.br/mulheres-forcas-armadas/pt/>.

Instituto Igarapé (2019). Questionários enviados pelas pesquisadoras e preenchidos por 30 brasileiras veteranas de missões de paz da ONU (17 militares, cinco policiais e oito civis).

Mathias, Suzeley Kalil (2009). “Sob o signo de Atena: Gênero na diplomacia e nas Forças Armadas”. São Paulo: UNESP.

Ministério da Defesa (2018). Dados da Subchefia de Operações de Paz do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Ministério da Defesa (2019). Dados enviados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio do Despacho nº /SC-4/CHOC/EMCFA-MD, Processo nº 60502.002274/2019-22, em 25 set. 2019.

ONU/Departamento de Operações de Paz - DPO (2018). “Targets for Uniformed Women in Peace Operations”. Disponível em: [uniformed-gender-parity-strategy-2018-2018-infographic.jpg](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/uniformed-gender-parity-strategy-2018-2018-infographic.jpg)

ONU/DPO (2019a). “Peacekeeping Factsheet”, com dados de 30 de setembro de 2019. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/pk_factsheet_09_2019_english_1.pdf

ONU/DPO (2019b). “Summary of Contributions to UN Peacekeeping by Country, Mission and Post - Police, UN Military Experts on Mission, Staff Officers and Troops” (30 set 2019). Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/3_country_and_mission_19.pdf.

ONU/DPO (2019c). “Monthly Summary of Military and Police Contribution to United Nations Peacekeeping Operations” (30 set. 2019). Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/msr_september_front_page.pdf.

ONU/Departamento de Operações de Manutenção da Paz - DPKO (s/d). “DPKO/OMA Statistical Report on Female Military and Police Personnel in UN Peacekeeping Operations Prepared for the 10th Anniversary of the SCR 1325”, disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/gender_scre1325_chart.pdf.

ONU/DPKO/OMA (Office of Military Affairs). “Statistical Report on Female Military and Police Personnel in UN Peacekeeping Operations Prepared for the 10th Anniversary of the SCR 1325”. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/gender_scre1325_chart.pdf.

ONU/Secretariado (2019). Dados sobre civis brasileiros com contrato ativo com o Secretariado, datado de 30 de novembro de 2018, obtidos pelo intermédio da Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em agosto e outubro de 2019.

ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (2019). Dados de Voluntários da ONU brasileiros entre 2008 e 2019 (até 20 de junho de 2019).

ONU/Programa de Voluntários das Nações Unidas (s/d). “International UN Volunteer Handbook - Conditions of Service”. Disponível em: www.unv.org/sites/default/files/International_UN_Volunteers_Conditions_of_Service_0.pdf

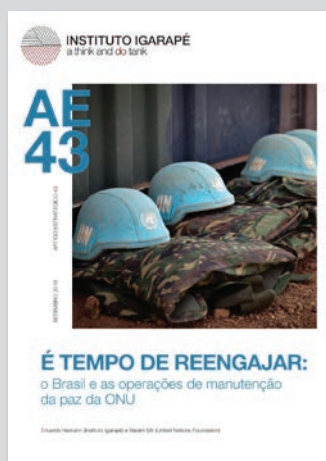
GLOSSÁRIO

AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas
 CCOPAB - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
 COTER - Comando de Operações Terrestres
 CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
 DPO - *Department of Peace Operations* (Departamento de Operações de Paz da ONU)
 DPKO - *Department of Peacekeeping Operations* (Departamento de Operações de Manutenção da Paz), nome usado entre março de 1992 e dezembro de 2018.
 DNU - Divisão de Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores
 EB - Exército Brasileiro
 ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
 FAB - Força Aérea Brasileira
 IGPM - Inspetoria-Geral das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares
 ONU - Organização das Nações Unidas
 MB - Marinha do Brasil
 MD - Ministério da Defesa
 MRE - Ministério das Relações Exteriores
 ONU - Organização das Nações Unidas
 PMDF - Polícia Militar do Distrito Federal
 SGNU - Secretário-Geral das Nações Unidas
 UNV - *United Nations Volunteers* (Voluntários das Nações Unidas)

Missões de paz com participação feminina brasileira

MENUB - Missão de Observação Eleitoral das Nações Unidas no Burundi
 MINUGUA - Missão de Verificação das Nações Unidas na Guatemala
 MINUJUSTH - Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti
 MINURSO - Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental
 MINUSCA - Missão das Nações Unidas para a Estabilização na República Centro-Africana
 MINUSMA - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Mali
 MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
 MONUSCO - Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
 ONUMOZ - Operação das Nações Unidas em Moçambique
 UNAMA - Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão
 UNAMID - Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur
 UNAVEM II - Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
 UNIFIL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano
 UNIOGBIS - Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
 UNISFA - Força Interina de Segurança das Nações Unidas para Abyei
 UNMC - Missão das Nações Unidas na Colômbia
 UNMIK - Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo
 UNMIL - Missão das Nações Unidas na Libéria
 UNMIN - Missão das Nações Unidas no Nepal
 UNMIS - Missão das Nações Unidas no Sudão
 UNMISSET - Missão de Apoio das Nações Unidas no Timor-Leste
 UNMISS - Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul
 UNMIT - Missão das Nações Unidas no Timor-Leste
 UNOCI - Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire
 UNSOM - Missão das Nações Unidas de Assistência à Somália
 UNVMC - Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia

Leia também



ARTIGO ESTRATÉGICO 43

É TEMPO DE REENGAJAR: o Brasil e as operações de manutenção da paz da ONU

Eduarda Hamann e Wasim Mir

(Setembro 2019)



ARTIGO ESTRATÉGICO 27

SITUAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras

Renata Avelar Giannini, Maiara Folly e Mariana Fonseca Lima

(Agosto 2017)



NOTA ESTRATÉGICA 27

À MARGEM DO PERIGO: preparo de civis brasileiros para atuação em países instáveis

Eduarda Passarelli Hamann

(Junho 2017)



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and **do** tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado às agendas da segurança, da justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) cidades seguras; (iv) consolidação da paz; e (v) segurança cibernética.

Apoio:



Foreign &
Commonwealth
Office

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

Direção criativa e layout

Raphael Durão - STORMdesign.com.br

ISSN 2359-0998

www.igarape.org.br



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank